

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(DOAR) E DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC):
UMA PERSPECTIVA DE SUA UTILIZAÇÃO.**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como um dos
pré-requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Florianópolis, 2004.

CLÁUDIA TURNES

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(DOAR) E DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC):
UMA PERSPECTIVA DE SUA UTILIZAÇÃO.**


Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de **9,5 (nove e meio)** atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

8 de dezembro de 2004



Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.
Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

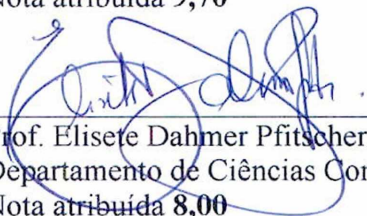
Professores que compuseram a banca:



Prof. Orientador Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída **10,00**



Prof. Luiz Alberton, Dr
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída **9,70**



Prof. Elisete Dahmer Pfitscher, Dra
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída **8,00**

Florianópolis, 2004.

*Dedico esta monografia a meu pai Cláudio, à
minha mãe Verônica e aos meus irmãos Rodrigo,
Beatriz e Gizelle. Que bom que vocês fazem parte
da minha vida.*

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim [...]”

(Chico Xavier)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por estar tão presente sempre em minha vida, me mostrando o caminho certo em tantas horas de incerteza.

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo em todos os momentos de minha vida, contribuindo para minha formação moral e acadêmica. Para mim, exemplos de coragem e perseverança.

Ao professor Luiz Felipe Ferreira, pelo pronto atendimento a minha solicitação de orientação, pelas críticas, sugestões, pela confiança e atenção dispensadas.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica ao longo de todo o curso de Ciências Contábeis.

Aos contabilistas que contribuíram para a execução desse trabalho fornecendo-me informações e opiniões.

E, por último, aos meus colegas de turma pelo apoio, amizade, trocas de experiências e companheirismo, mesmo nas horas difíceis, que passamos juntos no decorrer desses anos de graduação.

RESUMO

TURNES, Cláudia. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): uma perspectiva de sua utilização, 2004. 95 p. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Diante de um cenário que evidencia uma disputa acirrada entre concorrentes num mercado altamente competitivo, as empresas encontram-se, mais do que nunca, dependentes de informações que lhes dêem suporte no processo decisório. Neste sentido, a presente pesquisa objetivou apontar o posicionamento de contabilistas com relação à substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), como fontes de informações úteis para os diversos usuários da contabilidade. Para tanto, primeiramente foram contextualizados o assunto, o tema e o seu problema. Em seguida, foram traçados os objetivos pretendidos com a pesquisa. Depois foi apresentada a justificativa e a metodologia empregada no estudo. No que concerne a metodologia, cabe destacar que se trata de uma pesquisa mista (qualitativa e quantitativa) e que emprega o estudo bibliográfico e o levantamento. Desse modo, para atingir a finalidade da pesquisa, buscaram-se inicialmente livros, periódicos e artigos que tratassem do tema, a fim de dar suporte teórico ao estudo. Apresentou-se um breve histórico da contabilidade e enfatizou-se a importância da informação contábil para os usuários. Em sequência, caracterizou-se tanto a DOAR como a DFC, bem como sua importância. Além disso, foram expostas as vantagens e desvantagens dessas duas demonstrações. Posteriormente, foram apresentadas as informações e opiniões obtidas dos contabilistas por meio de um questionário, visando contribuir aos questionamentos que atualmente existem sobre o assunto. Por fim, a partir da análise da opinião de contabilistas, chegou-se à conclusão de que ambas as demonstrações são complementares e, portanto, não se justifica instituir a obrigatoriedade da DFC em detrimento da desobrigação da DOAR. Deve-se, sim, instituir a DFC como uma demonstração obrigatória, porém não substituindo, mas sim complementando a DOAR.

Palavras-chave: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa, informação contábil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica do Capital Circulante Líquido.....	30
Figura 2 – Representação gráfica do Capital Circulante Negativo.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atividade do contabilista na profissão.....	52
Gráfico 2 – Tempo de atividade do escritório de contabilidade.....	53
Gráfico 3 – Número de empregados dos escritórios de contabilidade.....	54
Gráfico 4 – Número de clientes dos escritórios de contabilidade.....	55
Gráfico 5 – Formação profissional do contabilista.....	57
Gráfico 6 – Apresentação da DOAR e da DFC para os usuários.....	60
Gráfico 7 – Substituição da DOAR pela DFC igual a outros países.....	62
Gráfico 8 – Substituição da DOAR pela DFC.....	63
Gráfico 9 – Demonstrações obrigatórias.....	64
Gráfico 10 – Informação mais completa para o usuário.....	66
Gráfico 11 – Facilidade de entendimento pelo usuário.....	67
Gráfico 12 – Complexidade e dificuldade de elaboração.....	68
Gráfico 13 – Número de empresas para as quais são apresentadas a DOAR.....	69
Gráfico 14 – Número de empresas para as quais são apresentadas a DFC.....	72
Gráfico 15 – Método da DFC mais fácil de elaborar.....	74
Gráfico 16 – Método da DFC de mais fácil entendimento.....	75
Gráfico 17 – Método mais útil da DFC.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	35
Quadro 2 – Grupo de atividades que compõem a estrutura da DFC.....	41
Quadro 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.....	42
Quadro 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto.....	43
Quadro 5 – Elaboração do fluxo de caixa – métodos direto e indireto.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo de atividade do contabilista na profissão.....	51
Tabela 2 – Tempo de atividade do escritório de contabilidade.....	52
Tabela 3 – Número de empregados dos escritórios de contabilidade.....	54
Tabela 4 – Número de clientes dos escritórios de contabilidade.....	55
Tabela 5 – Serviços prestados pelos escritórios de contabilidade.....	56
Tabela 6 – Formação profissional do contabilista (obrigatória).....	56
Tabela 7 – Formação profissional do contabilista (facultativa).....	57
Tabela 8 – Relatórios e demonstrações apresentadas aos usuários da contabilidade.....	59
Tabela 9 – Periodicidade das demonstrações apresentadas.....	60
Tabela 10 – Demonstrações obrigatórias.....	64
Tabela 11 – Facilidade de entendimento pelo usuário.....	66
Tabela 12 – Complexidade e dificuldade de elaboração.....	67
Tabela 13 – Método da DFC mais fácil de elaborar.....	74
Tabela 14 – Método da DFC de mais fácil entendimento.....	75
Tabela 15 – Método mais útil da DFC.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DO	Declarações para os órgãos federais, estaduais e municipais
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FAS	<i>Financial Accounting Standards</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FRS	<i>Financial Reporting Standard</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
PC	Passivo Circulante
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCON/SC	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do assunto

Na década de 90, a sociedade apresentou uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, sendo que uma das principais mudanças refletiu, principalmente, na integração dos mercados entre alguns países, gerando assim maior circulação de pessoas, bens e serviços, o que, conseqüentemente, ocasionou um aumento na concorrência entre as empresas. Esse período também propiciou pouca estabilidade e muitos desafios para os empresários brasileiros, em especial para pequenos e médios empreendedores, provocando uma nova configuração nos modelos de decisão e no gerenciamento das empresas.

Por conseguinte, os gestores necessitam de informações que lhes dêem suporte na gestão empresarial, seja no planejamento, na execução das atividades, na avaliação de desempenho dos gestores, ou na análise do resultado. Diante disso, torna-se relevante o papel da contabilidade, na qualidade de provedora de informações para o processo de tomada de decisões dentro da empresa. Para o usuário externo, a contabilidade apresenta além dos procedimentos tradicionais, a análise e comunicação das informações, por meio de relatórios, de acordo com as necessidades do usuário, configurando-se como um sistema de informação.

Sendo a contabilidade, então, responsável por gerir o sistema de informações, esta deve preocupar-se não apenas em atender as necessidades dos gestores, mas também com o aspecto da utilidade das informações geradas.

Neste sentido, as informações propiciadas pela contabilidade à gestão das organizações devem ser apresentadas em relatórios que os administradores considerem úteis e que os auxiliem no processo decisório. Verifica-se, então, que existe uma ligação entre o fornecimento de informações relevantes para os diversos usuários da contabilidade e a escolha

das demonstrações financeiras a serem adotadas e definidas pela entidade.

Atualmente, as demonstrações financeiras exigidas, ao final de cada exercício social, pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e, conseqüentemente, elaboradas e publicadas por parte das organizações, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Contudo, tem sido utilizada, no Brasil, para fins de controle interno, uma demonstração que parece ser de mais fácil entendimento pelos gestores, denominada Demonstração do Fluxo de Caixa, a qual está sendo proposta como obrigatória, em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, no anteprojeto que tramita a respeito da reformulação da Lei nº 6.404/76 (Projeto de Lei nº 3.741 de 2000).

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, essa substituição já vem sendo adotada como medida obrigatória desde 1987. Embora a tendência seja a mesma no caso brasileiro, existe ainda muita discussão e controvérsia de opinião sobre o assunto, principalmente quanto à melhoria ou não da riqueza das informações contábeis decorrentes de tal mudança.

Abordam-se, portanto, no presente trabalho, algumas questões relacionadas à substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no conjunto das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76.

1.2 Problema

Qual o posicionamento de contabilistas com relação à substituição da DOAR pela DFC, como fontes de informações úteis para os diversos usuários da contabilidade?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho monográfico consiste em verificar entre contabilistas a validade da substituição da DOAR pela DFC, no sentido da utilidade informativa para os diversos usuários da contabilidade.

Para atingir tal objetivo, busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- caracterizar a DOAR e sua importância;
- apresentar as vantagens e desvantagens da DOAR;
- caracterizar a DFC e sua importância;
- apresentar as vantagens e desvantagens da DFC;
- descrever o posicionamento dos contabilistas sobre a DOAR e a DFC.

1.4 Justificativa

A intensa disputa entre concorrentes em um mercado e a crescente complexidade do processo administrativo levam os gestores a buscar alternativas para superarem os desafios encontrados no seu dia-a-dia, como a escassez dos recursos financeiros, o elevado custo para sua captação, a falta de planejamento na tomada de decisão, dificuldades na organização e no controle, entre outros. Tais desafios, quando não superados, têm contribuído para que muitas empresas encerrem suas atividades, antes mesmo de conseguirem se estabelecer no mercado. Diante disso, para que os gestores vençam tais obstáculos é necessário que eles tenham a sua disposição um elenco de informações contábeis e de gestão que os auxiliem no processo decisório.

Neste sentido, é fundamental que a contabilidade apresente aos seus usuários demonstrativos financeiros que evidenciem aquelas informações que estes consideram essenciais. No Brasil, conforme citado no item 1.1, a Lei nº 6.404/76 estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração e publicação de algumas demonstrações financeiras. Essas demonstrações devem possibilitar ao usuário avaliar a atual situação da empresa, bem como permitir uma inferência sobre a sua tendência futura, tanto no aspecto financeiro como no econômico.

As autoridades competentes, por meio de projetos, têm procurado determinar a obrigatoriedade de outras demonstrações financeiras, a fim de proporcionar ao usuário uma maior objetividade, clareza e utilidade da informação contábil. Um exemplo é o anteprojeto liderado pela Comissão de Valores Mobiliários (Projeto de Lei nº 3.741 de 2000), que propõe uma reformulação da Lei nº 6.404/76, sendo que uma das reformulações propostas refere-se à obrigatoriedade da DFC em substituição à DOAR. Atualmente, algumas empresas, reconhecendo a importância e os benefícios da DFC, já a vêm elaborando e até mesmo publicando.

Segundo Beuren e Moura (2000), as informações propiciadas pela contabilidade à gestão das organizações devem ser apresentadas em relatórios que os gestores considerem inteligíveis, importantes e que os auxiliem no processo de tomada de decisão.

Em razão, então, dessa necessidade de a contabilidade produzir informação útil para uma gama de usuários que, na grande maioria, não possuem o nível desejado de conhecimento contábil que os permita entender os demonstrativos, a DOAR e a DFC merecem um estudo no sentido de identificar se a substituição da primeira pela segunda é justificável do ponto de vista dos contabilistas.

1.5 Metodologia

Para desenvolver uma monografia é necessário, primeiramente, conhecer alguns conceitos que irão orientar o autor no momento da realização da pesquisa, bem como na apresentação dos resultados e conclusões atingidos, garantindo, assim, a obtenção dos objetivos estabelecidos.

O termo "monografia", segundo Beuren *et al.* (2003, p. 40), designa “um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

Monografia é o estudo pormenorizado no tratamento: trata exclusivamente de um único assunto, desenvolvendo-o exaustivamente em todos os seus aspectos e ângulos. É um estudo limitado em extensão, mas exaustivo e completo na compreensão e profundidade. (SALVADOR, 2000, p. 43)

A monografia a ser desenvolvida será elaborada sob a forma de pesquisa, definida por Menezes e Silva (2000, p. 20) como “um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução de um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos”. Gil (1999, p. 42 *apud* MENEZES e SILVA, 2000, p. 19-20) reforça o conceito de pesquisa dizendo: “a pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Os critérios para classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo com o enfoque dado pelo autor. Segundo Beuren *et al.* (2003, p. 79), “as tipologias de pesquisas aplicáveis à contabilidade estão agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto aos procedimentos; e a pesquisa quanto à abordagem do problema”.

A presente pesquisa caracteriza-se, de acordo com os seus objetivos, como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca conhecer, por meio de técnicas de coleta de dados, a

opinião de um determinado grupo de profissionais, sem que haja a manipulação e interferência do pesquisador.

Segundo Gil (1988, p. 46):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa divide-se em duas partes: a pesquisa bibliográfica e o levantamento. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1991 *apud* MENEZES e SILVA, 2000, p. 21) é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”.

Gil (1999, p. 70 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 85) define levantamento da seguinte forma:

[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Finalmente, quanto à abordagem do problema, a pesquisa é do tipo qualitativa e quantitativa. Richardson (1999, p. 80 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 91) menciona que:

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Richardson (1999, p. 80 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 91) ressalta também que a pesquisa qualitativa pode “contribuir no processo de mudanças de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

Beuren *et al* (2003, p. 142) ensinam que é uma pesquisa quantitativa, “haja vista o procedimento da pesquisa necessitar quantificar as respostas da população, para subsidiar as elucidações do pesquisador”. Ainda sobre o mesmo assunto, Richardson (1999, p. 80 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 92) afirma que a pesquisa quantitativa

caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa do tipo mista, uma vez que emprega tanto a pesquisa qualitativa quanto à pesquisa quantitativa.

A população-alvo desta monografia pode ser definida como os contabilistas que atuam nos escritórios de contabilidade associados ao SESCON/SC – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina. Beuren *et al.* (2003, p. 118) definem população como “a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”.

Todavia, como a população-alvo é numerosa, alguns elementos desse universo populacional foram selecionados por meio de técnicas de amostragem, constituindo então uma amostra. Gil (1999 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 120) conceitua amostra como “um subconjunto do universo ou da população, por meio da qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

A técnica de amostragem adotada nesta monografia foi a amostragem por acessibilidade ou conveniência, ou seja, foram escolhidos os escritórios de contabilidade com

maior facilidade de acesso para o pesquisador. Segundo Beuren *et al.* (2003, p. 126) “a amostragem por acessibilidade ou conveniência é vista como a menos rigorosa de todos os tipos de amostragens”. Gil (1999 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 126) salientam que “nesse tipo de amostragem o pesquisador apenas obtém os elementos a que ele tem maior facilidade de acesso, admitindo que eles possam efetivamente representar de forma adequada a população”.

Inicialmente foi obtida, junto ao SESCON/SC, uma listagem contendo setenta e oito identificações de escritórios de contabilidade (razão social, endereço completo e número de telefone) da região da Grande Florianópolis. Num segundo momento, entrou-se em contato, por telefone, com cinquenta e dois escritórios de contabilidade. O objetivo desse contato com os contabilistas foi explicar a finalidade da pesquisa e do questionário, além de programar a entrega dos questionários a eles. Dos cinquenta e dois contabilistas, quatorze optaram por responder ao questionário via *e-mail* e, então, forneceram o seu endereço eletrônico; outros vinte e dois contabilistas agendaram data e horário para a entrega do questionário diretamente no escritório; e dezesseis contabilistas se recusaram a participar da pesquisa. Para todos os quatorze questionários enviados por *e-mail* foram recebidas as confirmações de sua leitura.

Do total de trinta e seis contabilistas que aceitaram previamente participar da pesquisa, somente vinte e nove realmente entregaram o questionário respondido. Os resultados obtidos em termos de número de questionários respondidos foram os seguintes:

- sete questionários foram respondidos via *e-mail*;
- vinte e dois foram respondidos diretamente no formulário entregue pelo pesquisador;
- sete não responderam ao questionário que lhes fora enviado por *e-mail*.

Para a consecução dos objetivos definidos para esta pesquisa, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, buscando-se identificar o posicionamento do contabilista em relação à substituição da DOAR pela DFC. Beuren *et al.* (2003, p. 130)

ensinam que: “O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”. Alguns questionários foram enviados por *e-mail*, e outros foram entregues pessoalmente pelo pesquisador aos informantes.

Por fim, o processo de análise dos dados colhidos através dos questionários ocorreu por meio do emprego de duas técnicas: a análise de conteúdo e a análise descritiva. A análise de conteúdo, de acordo com Beuren *et al.* (2003, p. 137), “é um método de análise de dados que pode ser aplicado tanto para estudos qualitativos como nas investigações quantitativas. [...] tem por objetivo estudar as comunicações entre os homens, com maior ênfase no conteúdo das mensagens”. Já sobre a análise descritiva, Contandriopoulos *et al.* (1994 *apud* BEUREN *et al.*, 2003, p. 139) dizem que: “a análise descritiva é utilizada para relatar o comportamento de uma variável em uma população ou no interior de uma subpopulação, utilizando para a análise dos dados os instrumentos disponibilizados pela estatística”. Os recursos da estatística que podem ser utilizados são: cálculo de percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros.

Por meio, então, desses dois métodos – análise de conteúdo e análise descritiva – procurou-se organizar e analisar todo o conteúdo das informações obtidas através dos questionários, a fim de atender aos objetivos da pesquisa.

1.6 Limitações

O grupo de estudo desta pesquisa é composto por contabilistas que atuam em escritórios de contabilidade associados ao SESCON/SC. O contabilista pode ser proprietário ou empregado do escritório de contabilidade. Foram abrangidos nesta pesquisa os seguintes

municípios pertencentes à região da Grande Florianópolis: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José.

Por contabilistas entendem-se os profissionais com o título de Bacharel em Ciências Contábeis e os profissionais de nível técnico.

A pesquisa apresenta também como limitação o fato de que o resultado obtido por meio das respostas aos questionários não poderá ser generalizado para todos os contabilistas, em razão desta pesquisa ter sido realizada apenas com uma amostra da população.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, será contemplada a revisão bibliográfica sobre os assuntos pertinentes à presente pesquisa. Primeiramente, será demonstrado um breve histórico da contabilidade. Na sequência, será explanado sobre a importância da informação contábil para os usuários da ciência contábil. Em seguida, serão abordadas a DOAR e, finalmente, a DFC.

2.1 Um breve histórico da contabilidade

Segundo alguns historiadores, a contabilidade nasceu da necessidade de o ser humano fazer anotações sobre seu incipiente patrimônio, visando a conhecer seus bens e suas obrigações, bem como as variações sofridas por sua modesta riqueza patrimonial em determinado período. Essas anotações constituíram a primeira e mais elementar técnica contábil, hoje conhecida por escrituração.

Em termos de registro histórico do surgimento da contabilidade, é importante destacar a obra do Frei Luca Pacioli – *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita* – publicada em Veneza em 1494. Sobre esse assunto, Oliveira (1998, p. 8) tem a seguinte opinião: “O início da contabilidade como ciência é atribuído a Frei Luca Pacioli, que escreveu num livro sobre geometria e aritmética, o princípio da partida dobrada, isto é que cada débito corresponde a um crédito de igual valor”.

De acordo com Iudicibus (1986) o trabalho de Frei Luca Pacioli contribuiu em muito para o desenvolvimento da contabilidade e, ainda hoje, é de grande utilidade no meio contábil. Pode-se constatar que foi a partir dessa publicação que a contabilidade atingiu a sua maturidade como ciência.

Logo após a obra de Frei Luca Pacioli, a contabilidade passou por uma série de modificações, segundo Crepaldi (1998): primeiramente, expandiu sua utilização para instituições como a Igreja e o Estado e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo; depois, com o desenvolvimento do mercado acionário e o fortalecimento da sociedade anônima, passou a ser considerada como uma importante ferramenta informacional para os diversos integrantes da sociedade: governo, fisco, sindicatos, investidores, credores e o próprio proprietário ou administrador da empresa.

A contabilidade teve de aperfeiçoar seu instrumento de avaliação da situação patrimonial a fim de acompanhar a evolução da sociedade e o progresso das empresas e à medida que aumentaram o número de usuários interessados na informação contábil. Ou seja, o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das empresas, sociedades, cidades ou nações.

Melo (1983, p. 4) descreve o processo de evolução da contabilidade dizendo:

Ontem, a contabilidade voltava-se enfaticamente para fornecer informações ao ambiente externo da organização (governo, acionistas, fornecedores estabelecimentos bancários). Hoje, ampliou suas funções, levando ao gerente informações úteis ao processo de tomada de decisão.

Pode-se dizer, então, que grande parte do desenvolvimento e aperfeiçoamento da contabilidade está relacionado com a necessidade de os gestores obterem informações contábeis úteis, a fim de que possam coordenar com eficiência as atividades da empresa, além de verificar o seu desempenho. E, como as informações sobre o patrimônio da empresa sempre foram e ainda continuam sendo uma necessidade constante dos gestores, a contabilidade acabou tornando-se parte essencial de todos os fins empresariais.

2.2 A importância da informação contábil

O desenvolvimento tecnológico, o crescimento das organizações e a complexidade do ambiente econômico têm dificultado o entendimento e a gestão dos negócios. A consequência natural desse processo é a necessidade, cada vez maior, de informações que auxiliem os administradores nas tomadas de decisões. É o que se constata em Franco (1997, p. 20):

Nos tempos modernos, com a formação de grandes empresas (sociedades abertas), a informação contábil passou a ser de interesse de grupos cada vez mais amplos de indivíduos, que incluem não somente acionistas, mas também fornecedores, financiadores, banqueiros, poderes públicos (arrecadadores de impostos) e até empregados que participam do lucro ou dos resultados da empresa. De forma indireta, mesmo a sociedade em geral é interessada na informação contábil, pois a vitalidade das empresas é assunto de relevante interesse social.

Marion (1998) vê a contabilidade como um grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, segundo ele, a contabilidade coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Entretanto, para que a contabilidade possa atingir seu objetivo, que é fornecer informações úteis ao processo decisório a fim de evitar decisões equivocadas por parte dos usuários, é necessário que as informações sejam dotadas de algumas características (atributos). Hendriksen e Van Breda (1999, p. 107) definem as principais características que a informação contábil deve possuir: “Para que a informação seja útil, ela deve ser relevante (isto é, deve ser oportuna e ter valor preditivo e valor como *feedback*), e deve ser confiável (isto é, deve ter fidelidade de representação, ser verificável e neutra)”.

Além disso, existe um outro aspecto fundamental na contabilidade, que é definir quem utiliza o seu produto, ou seja, para quem se destina a informação e para qual tipo de decisão

ela se faz necessária. Marion (1998, p. 25) caracteriza os usuários da contabilidade da seguinte forma:

Os usuários são as pessoas que se utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade as suas respostas.

Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da contabilidade. Os investidores, ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, concorrentes etc.

Iudícibus (1986) diz que os contadores jamais podem se esquecer de que os relatórios e demonstrativos contábeis não são feitos para os contadores apenas, mas sim para os usuários dos mais variados níveis de conhecimento e com as mais variadas necessidades.

Thiesen (2000, p. 10) salienta a importância da informação contábil para os diversos usuários da contabilidade da seguinte forma:

[...] a organização poderá voltar-se ao mercado, atendendo aos empregados, investidores, credores, clientes, fornecedores e ao público em geral, bem como às suas próprias necessidades, tendo a informação, por meio de suas demonstrações contábeis, como forma de controle, avaliação e planejamento das atividades.

No Brasil, as informações prestadas pela contabilidade ainda estão muito destinadas a atender as exigências fiscais, o que leva os contadores a se ocuparem em excesso com a contabilidade tributária e se esquecerem da contabilidade gerencial. Porém, há uma tendência para um incremento no controle dos negócios, em que a contabilidade toma um direcionamento no sentido de prestar informações com maior credibilidade e úteis para o seu usuário, inclusive passando a dar maior ênfase ao controle financeiro, através de informações sobre fluxos de caixa, uma vez que estas informações são de extrema utilidade aos usuários.

2.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Serão tratados neste item alguns aspectos relacionados a DOAR. O estudo inicia-se pela apresentação da caracterização da DOAR e, na sequência, do capital circulante líquido. Depois serão definidos os objetivos e a importância da DOAR. Em seguida, será abordada a estrutura dessa demonstração, bem como suas vantagens e desvantagens.

2.3.1 Caracterização da DOAR

A DOAR, também conhecida por Demonstração de Mudanças na Posição Financeira, é uma demonstração de elaboração e publicação obrigatórias, exigida pela Lei das Sociedades por Ações, para as sociedades anônimas. Entretanto, o § 6º do art. 176 da mesma Lei dispensa de sua elaboração as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

A DOAR caracteriza-se por evidenciar as variações ocorridas no capital circulante líquido (CCL), mostrando as alterações financeiras que ocorreram na empresa durante o exercício. Segundo Franco (1997, p. 369), “a DOAR é uma demonstração de todos os recursos ingressados no patrimônio durante o período, contribuindo para a modificação da posição financeira da empresa, ou seja, para seu capital circulante líquido”.

A DOAR expõe também a política de financiamentos e investimentos de recursos não circulantes da empresa.

Os financiamentos estão representados pelas origens de recursos, e os investimentos pelas aplicações de recursos, sendo que o significado de recursos aqui não é simplesmente o de dinheiro, ou de disponibilidades, pois abrange um conceito mais amplo; representa capital de giro líquido que, na denominação dada pela Lei, é capital circulante líquido. (FIPECAFI, 2000, p. 337)

Neves e Viceconti (1995, p. 447) salientam que:

Essa demonstração (DOAR) visa identificar as modificações ocorridas na posição financeira de curto prazo da empresa, motivado pelo ingresso de novos recursos, além dos gerados pelas próprias operações, bem como, a forma como estes recursos foram aplicados, cujo excesso ou insuficiência refletirá no aumento ou diminuição do capital circulante líquido. ($CCL = AC - PC$)

Em outras palavras, a DOAR permite visualizar como foram obtidos e aplicados os recursos que afetam o capital circulante líquido da empresa.

Cabe aqui salientar que a FIPECAFI (2000) afirma que, atualmente, são poucos os países que ainda adotam a DOAR, apesar de ela ser mais rica em termos de informações. Explica ainda que o Brasil segue uma tendência mundial e, em breve, deverá substituir a DOAR pela DFC.

2.3.2 Capital circulante líquido

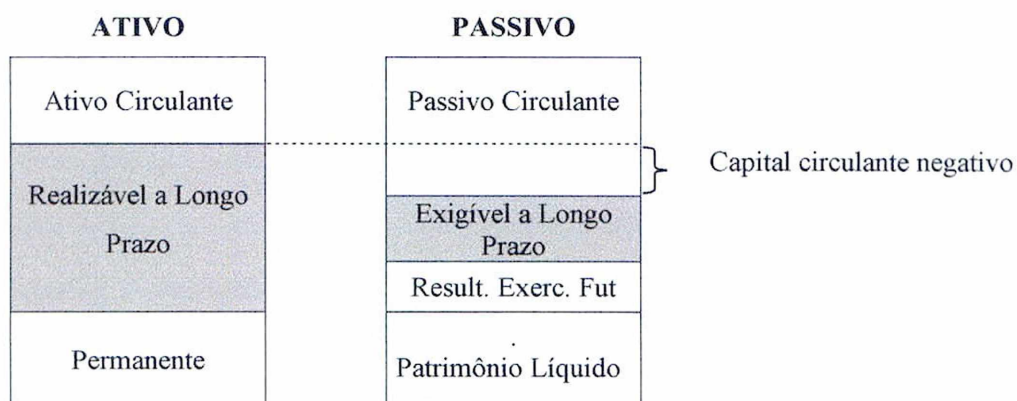
Capital circulante líquido não é a mesma coisa que capital circulante (ou capital de giro) da empresa. O capital de giro é representado pelo ativo circulante. Já o capital circulante líquido, conforme Gonçalves e Baptista (1994, p. 357), é “a diferença absoluta entre ativo circulante e passivo circulante”.

A análise das variações do capital circulante líquido, por meio da fórmula $CCL = AC - PC$, serve de base para a elaboração da DOAR. Além disso, segundo Afonso (1999), essa fórmula demonstra as variáveis que atuam no índice de liquidez e sua relação com o capital circulante líquido.

Dessa forma, o aumento do capital circulante líquido significa aumento do ativo circulante ou uma redução no passivo circulante, enquanto a redução do capital circulante líquido significa redução no ativo circulante ou um aumento no passivo circulante.

Figura 1 – Representação gráfica do Capital Circulante Líquido

Fonte: MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 408.

Figura 2 – Representação gráfica do Capital Circulante Negativo

Fonte: MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 408.

Com base na Figura 1, pode-se observar que o capital circulante líquido pode ser positivo, quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, e na Figura 2, que ele pode ser negativo, quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante. Neste caso, a empresa está passando por problemas para saldar suas dívidas de curto prazo. O capital circulante líquido pode ainda ser nulo, ou seja, o ativo circulante é igual ao passivo circulante e não há nenhuma folga financeira.

Assim pode-se inferir que: Origens = Financiamentos = Aumento no AC = Redução no PC = Aumento no CCL; e Aplicações = Investimentos = Redução no AC = Aumento no PC = Diminuição no CCL.

2.3.3 Objetivos e importância da DOAR

A DOAR tem por objetivo demonstrar de forma organizada e sumariada as informações relativas a alterações na posição financeira da empresa. De acordo com a FIPECAFI (2000, p. 338-339), a DOAR possui os seguintes objetivos:

1. conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes de recursos correspondentes;
2. constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido;
3. verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo;
4. constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando seu capital circulante líquido;
5. verificação da comparabilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa.

Para Franco (1978, p. 68), a DOAR “tem por finalidade precípua a de evidenciar as variações do capital circulante sendo, portanto, uma demonstração específica do aspecto financeiro contido no conjunto patrimonial”.

Na concepção do Conselho Federal de Contabilidade (1992, p. 54), a DOAR tem o seguinte objetivo:

Esta demonstração, como seu próprio nome indica, tem por objetivo apresentar, de forma ordenada e sumária, principalmente as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício e evidenciar-lhe as alterações na posição financeira.

Já para Oliveira (1998, p. 238-239), “ela explicita as estratégias utilizadas pela empresa na condução de sua política financeira e, particularmente, como vem administrando seu capital de giro ou circulante, o qual definiremos como capital circulante líquido”.

Ainda sobre a finalidade desse demonstrativo, Padoveze (1997, p. 62) afirma:

Sua finalidade é complementar os dados da movimentação ocorrida no período, inicialmente evidenciada pela Demonstração de Resultados. O Balanço Patrimonial contém toda a informação acumulada dos investimentos efetuados e dos recursos obtidos, mas não deixa claro o quanto de recursos foi requerido no último exercício e onde eles foram aplicados.

Com a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ficará claro se houve boa correlação entre os tipos de recursos obtidos e suas aplicações. Exemplificando, se a empresa aportou substanciais recursos de longo prazo durante o exercício, deveríamos ter aplicações similares nos Ativos Permanentes.

Da mesma forma, se houver investimentos relevantes no capital de giro, estes deveriam ter sido gerados pelas operações.

Pode-se, então, verificar que a DOAR está relacionada tanto com o Balanço Patrimonial como com a Demonstração do Resultado do Exercício, sendo complementar a ambas. Além disso, é uma demonstração de grande importância, pois ao se analisar as origens e aplicações de recursos, faz-se o exame de como a empresa está se mantendo, ou seja, sabe-se como está a sua posição financeira, se ela está gerando recursos pelas próprias operações, bem como, a procedência de novos recursos que ingressaram na empresa, entre outros aspectos, promovendo um melhor gerenciamento financeiro da empresa.

Assim, através desta não se demonstram apenas as entradas e saídas de dinheiro, mas efetivamente todas as mutações sofridas pela empresa, que facilitam, então, a avaliação de recursos disponíveis para financiamentos, o planejamento de resgate de dívidas de longo prazo e pagamento de dividendos, aperfeiçoando, de maneira geral, a utilização do capital circulante líquido e o planejamento orçamentário.

2.3.4 Estrutura da DOAR

A estrutura da DOAR evidencia as origens e aplicações de recursos que afetam o capital circulante líquido. Portanto, antes de se elaborar a DOAR é preciso saber o que são origens e aplicações de recursos. Beuren e Moura (2000) definem origens de recursos como operações que aumentam o CCL – financiamentos de longo prazo, aumentos de capital (em dinheiro), ou venda (em dinheiro) de itens do ativo permanente e do realizável a longo prazo – e aplicações de recursos como operações que decorrem do não-circulante – aquisição de bens ou direitos que venham a integrar o ativo permanente ou o realizável a longo prazo, bem como distribuição de dividendos ou a redução do passivo exigível a longo prazo.

Para apresentação dessa demonstração, é preciso ainda que se tenha à disposição: dois Balanços Patrimoniais consecutivos, dos quais se apura o saldo das variações no capital circulante líquido; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, de que são extraídas informações das contas ali apresentadas que afetaram o capital circulante líquido; a Demonstração do Resultado do Exercício, da qual se extrai o valor do lucro líquido e os seus devidos ajustes; e outras informações em razões e registros da contabilidade.

A estrutura da DOAR, de acordo com a Lei nº 6.404/76, é a seguinte:

Art. 188. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I – as origens de recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II – as aplicações de recursos, agrupados em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

- III – o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;
- IV – os saldos no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Pode-se verificar, na estrutura da DOAR apresentada pela lei, que primeiramente são evidenciadas as origens de recursos da empresa: o lucro do exercício, com os devidos ajustes referentes ao não desembolso da depreciação, amortização ou exaustão; as possíveis realizações de capital social e contribuições para a reserva de capital; e os recursos de terceiros provenientes de empréstimos de longo prazo ou recebimento antecipado de contas, previstas para o longo prazo também, bem como a alienação de investimentos e outros direitos classificados no ativo imobilizado.

Em seguida, são demonstradas as aplicações desses recursos, ou seja, o destino dado a eles ao longo do período em análise. Essas aplicações podem ocorrer na forma de distribuição de dividendos; aquisição de direitos classificados no ativo imobilizado; aumento do ativo com elementos de longo prazo, como investimentos e contas a receber no período seguinte, ou no ativo diferido; bem como pode ocorrer a redução do passivo exigível a longo prazo, além da quitação antecipada de um empréstimo.

Por fim, verifica-se o efeito das transações do período sobre o CCL através da subtração do total das aplicações de recursos do total das origens de recursos. Se o valor resultante for positivo, refletirá um aumento no CCL e, se for negativo, refletirá uma diminuição no CCL. A mutação do CCL pode ser comprovada por meio da comparação com os saldos inicial e final do passivo circulante e do ativo circulante durante o período analisado.

É importante ressaltar que, conforme Perez Jr. e Begalli (1999), a DOAR é elaborada por um método denominado indireto, ou seja, as modificações no capital circulante líquido são explicadas pelas variações ocorridas nos passivos e ativos não circulantes.

Para melhor entendimento e visualização da estrutura da DOAR, será apresentado um modelo, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Cia. Jurerê			
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (19X2)			
I – ORIGENS DE RECURSOS			
1. Lucro Líquido, ajustado			
Lucro Líquido.....	7.601		
(+) Depreciação registrada como despesa.....	755		
(+) Juros do Passivo Exig. a Longo Prazo.....	2.100		
Lucro Líquido, ajustado.....	<u>2.000</u>	8.456	
2. Aumento do Patrimônio Líquido			
Integralização de Capital em moeda.....	<u>1.400</u>		
Total das Origens.....		9.856	
II – APLICAÇÕES DE RECURSOS			
1. Aumento do Ativo Permanente			
Aquisição de imobilizados.....		600	
2. Redução no Patrimônio Líquido			
Dividendos propostos.....	<u>1.950</u>		
Total das Aplicações.....		2.550	
III – ACRÉSCIMO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I - II).....			7.306
IV – MODIFICAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
	31-12-x1	31-12-x2	Variação
Ativo Circulante	10.100	19.656	9.556
Passivo Circulante	<u>6.550</u>	<u>8.800</u>	<u>2.250</u>
Cap. Circ. Líquido	3.550	10.856	7.306

Fonte: IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 221.

Por meio do modelo exposto, pode-se verificar que a DOAR evidencia, de forma ordenada e precisa, de onde provêm os recursos que afetam o capital circulante líquido, bem como onde eles são aplicados. Assim, ela permite, além da comparabilidade de um ano para outro, um maior entendimento dos valores apresentados.

2.3.5 Vantagens e desvantagens da DOAR

A DOAR possibilita a análise da situação financeira da empresa como um todo, pois ela evidencia todas as origens e aplicações, permitindo, inclusive, o conhecimento das políticas de financiamento e investimento da companhia.

Afonso (1999, p. 30) apresenta as seguintes vantagens da DOAR:

1. Fornece informações que não constam em outras demonstrações; por esse motivo, quando elaborada por um usuário externo, com base nas informações do balanço e da demonstração do resultado, não é tão completa e informativa;
2. Possibilita um melhor conhecimento da política de investimento e financiamento da empresa;
3. Alguns autores ressaltam seu poder preditivo;
4. É mais abrangente que o fluxo de caixa, pois representa as mudanças na posição financeira em seu todo;
5. Possui uma capacidade analítica de longo prazo maior que o fluxo de caixa;
6. Permite melhor integração entre o lucro contábil e a posição financeira da empresa.

Com relação às desvantagens da DOAR, pode-se dizer que ela é de difícil entendimento para os usuários da informação contábil, uma vez que trabalha com o conceito de capital circulante líquido. É o que dizem Silva, Santos e Ogawa (1993 *apud* AFONSO, 1999, p. 30): “a falta de utilidade da DOAR parece estar ligada ao seu não-entendimento. [...] é uma demonstração de difícil entendimento aos usuários, principalmente por trabalhar com o conceito abstrato de capital circulante líquido [...]”.

Em resumo, a principal vantagem da DOAR está no fato de possuir informações bastante relevantes e completas para os usuários capazes de analisá-las, o que não deve ser desprezado, pois não é pelo fato de alguns não a entenderem que se deveria privar os que a compreendem e utilizam no processo decisório.

2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Neste item, discorrer-se-á sobre a DFC, destacando os seus aspectos mais relevantes, tais como: caracterização, objetivos, importância, estrutura, métodos de elaboração e as suas vantagens e desvantagens.

2.4.1 Caracterização da DFC

A DFC é uma demonstração que procura evidenciar o conjunto de ingressos e desembolsos financeiros da empresa, para um determinado período de tempo. O fluxo de caixa compreende a movimentação das contas que representam as disponibilidades imediatas da empresa – caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações de liquidez imediata.

Segundo Marion (1998, p. 380), “a demonstração de fluxo de caixa indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período e, ainda, o resultado do fluxo financeiro”.

A DFC é uma demonstração de publicação não obrigatória pela Lei nº 6.404/76, porém, existe uma tendência internacional no sentido de que a DOAR seja substituída pela DFC. No Brasil, esse movimento de substituição da DOAR pela DFC está previsto no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76.

A FIPECAFI (2000) salienta que a norma que tornar essa demonstração obrigatória no Brasil será fortemente influenciada pelos dispositivos de dois órgãos, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), que é o órgão normatizador das práticas contábeis americanas, e o *International Accounting Standards Committee* (IASC), órgão que estabelece as normas internacionais de contabilidade.

Campos Filho (1999, p. 23) afirma que:

Os Estados Unidos foram pioneiros nesse assunto. As alternativas foram discutidas durante 10 anos (de 1977 a 1987). Em 1987 publicou-se o FAS (*Financial Accounting Standards*) nº 95, definindo o modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa e os critérios a serem adotados para gerar este relatório. A partir de então, todas as empresas nos Estados Unidos devem elaborar, além do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Complementa ainda Campos Filho (1999, p. 23) que: “Nos países do Reino Unido essa exigência passou a ser feita a partir de março de 1992, com a publicação do FRS 01 (*Financial Reporting Standard*)”. Então, o Brasil, como os demais países, segue esse caminho e está estudando a implantação e exigência da DFC para as empresas.

2.4.2 Objetivos e importância da DFC

A DFC representa uma série de pagamentos ou de recebimentos que a empresa estima ocorrer em determinado intervalo de tempo. Este, na realidade, é o objetivo primordial do fluxo de caixa: evidenciar todas as entradas e saídas de caixa com a finalidade de melhor elaborar o planejamento financeiro da empresa.

Segundo Afonso (1999), a DFC tem por objetivos:

- avaliar a habilidade da empresa em gerar fluxo de caixa positivo, quitar dívidas, pagar dividendos e avaliar as necessidades de financiamentos externos;
- verificar a razão das diferenças entre o lucro líquido associado a recebimentos e pagamentos;
- medir a geração de caixa dentre as diversas atividades: operacionais, investimento e financiamento durante um período contábil;

- analisar alternativas de investimento e avaliar a situação presente e futura do caixa, atentando para questão da insolvência.

Sobre a importância da DFC, Matarazzo (1995 *apud* AFONSO, 1999, p. 28) tem o seguinte posicionamento: “a DFC é uma das demonstrações mais úteis, apesar de não ser divulgada pelas empresas no Brasil. [...] Os problemas de insolvência ou liquidez ocorrem na maioria dos casos por falta de uma adequada administração do fluxo de caixa”.

Ainda sobre o mesmo assunto, Thiesen (2000, p. 13) afirma:

A gestão das necessidades de caixa das organizações, nos dias de hoje, é de fundamental importância, visto que as mudanças são cada vez mais rápidas. Sendo assim, torna-se primordial avaliar não somente a lucratividade da organização, mas também sua capacidade de gerar caixa.

Observa-se, então, que a DFC permite uma melhor avaliação da estrutura financeira da empresa, tanto no controle das dívidas, como também sobre os investimentos, para que não ocorra excesso de caixa.

Em resumo, o objetivo da DFC é mostrar informações sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa, ocorridos durante um determinado período e, conseqüentemente, fornecer informações para a tomada de decisões, tais como: prognosticar as necessidades de captação de recursos, bem como prever períodos em que haverá sobras ou necessidades de recursos; e aplicar os excedentes de caixa nas alternativas mais rentáveis para a empresa sem comprometer a sua liquidez.

2.4.3 Estrutura da DFC

A estruturação da DFC é feita com base na classificação das movimentações de caixa por grupos de atividades. Ou seja, as entradas e saídas de caixa são classificadas de acordo com a transação que lhes deu origem.

Segundo Gitman (2002, p. 75), a DFC é estruturada da seguinte forma: “a demonstração do fluxo de caixa [...] fornece uma visão dos fluxos de caixa da empresa relativos às atividades operacionais, de investimento e de financiamento [...]”.

A DFC pode ser dividida, então, em três grupos: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos. A FIPECAFI (2000) conceitua cada um desses grupos da seguinte forma:

- atividades operacionais: são aquelas relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam caracterizados como atividades de investimento e financiamento;
- atividades de investimento: dizem respeito normalmente ao aumento e à diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para a produção de bens e serviços. Estão incluídos nesse grupo a concessão e o recebimento de empréstimos, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais de outras entidades e a aquisição e venda de imobilizado;
- atividades de financiamento: são aquelas que estão relacionadas com os empréstimos de credores e investidores à entidade. Estão incluídos a obtenção de recursos dos proprietários e o pagamento a estes de retornos sobre seus investimentos ou do próprio reembolso do investimento; incluem também a obtenção de empréstimos junto a credores e a amortização ou liquidação destes; e a obtenção e pagamento de recursos de/a credores via créditos de longo prazo.

Por meio do Quadro 2, tem-se a visão dos grupos de atividades que compõem a DFC.

Quadro 2 – Grupo de atividades que compõem a estrutura da DFC

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos Operacionais de:

- Clientes (vendas à vista, a prazo e adiantamentos)
- Rendimentos de aplicações financeiras
- Juros de empréstimos concedidos
- Dividendos recebidos
- Outros recebimentos

Pagamentos Operacionais a:

- Fornecedores (de matéria-prima e de mercadorias e adiantamentos)
- Salários e encargos
- Utilidades e serviços
- Tributos
- Encargos financeiros
- Outros pagamentos

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

- Aplicações financeiras (com prazo de vencimento maior que três meses)
- Empréstimos concedidos
- Participações em controladas/coligadas e outras empresas
- Terrenos
- Obras civis
- Móveis – utensílios – instalações
- Máquinas – ferramentas – equipamentos
- Veículos de uso
- Equipamentos de processamento de dados
- Software/aplicativos de informática

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

- Empréstimos bancários
- Financiamentos/leasing
- Recursos próprios
- (-) Dividendos pagos

Fonte: CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa:** uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999, p. 26-27.

Ainda sobre a conceituação de cada um dos grupos que compõem a DFC, Gitman (2002, p. 81-82) esclarece:

Os fluxos operacionais são os fluxos de caixa – entradas e saídas – diretamente relacionados à produção e venda dos produtos e serviços da empresa. Esses fluxos captam a demonstração do resultado e as transações das contas circulantes (excluindo os títulos a pagar) ocorridas durante o período. Os fluxos de investimento são fluxos de caixa associados com a compra e venda de ativos imobilizados e participações societárias. [...] Os fluxos de financiamento resultam de operações de empréstimos e capital próprio. Tomando ou quitando empréstimos tanto de curto prazo (títulos a pagar) quanto de longo prazo resultará numa correspondente entrada ou saída de caixa. Do mesmo modo, a venda de ações pode resultar numa

entrada de caixa, enquanto que a recompra de ações ou pagamento de dividendos pode resultar em uma saída financeira.

Em geral, pode-se dizer que as atividades operacionais, como venda de mercadorias ou serviços e pagamentos a fornecedores e empregados, são as principais atividades geradoras de receita. Já as atividades de investimento referem-se às aquisições e vendas de bens de longo prazo e a outros investimentos. E, por fim, as atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudança no tamanho e na composição do capital e empréstimos a pagar, provenientes de capital próprio ou de terceiros, respectivamente.

Para reforçar o aspecto da estrutura da DFC, serão demonstrados dois exemplos de DFC.

Quadro 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Companhia X	
Demonstração de Fluxos de Caixa, ano X1	
Atividades Operacionais	
Recebimento de clientes	29.500
Recebimento de juros	300
Duplicatas descontadas	5.000
Pagamentos	
- a fornecedores	(10.000)
- de impostos	(2.000)
- de salários	(21.000)
- de juros	(1.000)
- despesas pagas antecipadamente	(2.600)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(1.800)
Atividades de Investimento	
Recebimento pela venda de Imobilizado	15.000
Pagamento pela compra de Imobilizado	(20.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(5.000)
Atividades de Financiamento	
Aumento de capital	10.000
Empréstimo de curto prazo	10.000
Distribuição de dividendos	(1.500)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	18.500
Aumento líquido nas Disponibilidades	11.700
Saldo de Caixa + Equivalente-Caixa em X0	5.600
Saldo de Caixa + Equivalente-Caixa em X1	17.300

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também às demais sociedades. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2000, p. 360.

Quadro 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto

Companhia X	
Demonstração de Fluxos de Caixa, ano X1	
Atividades Operacionais	
Lucro líquido	3.900
Mais: depreciação	1.500
Menos: lucro na venda de imobilizado	(3.000)
Aumento em duplicatas a receber	(10.000)
Aumento em PDD	500
Aumento em duplicatas descontadas	5.000
Aumento em estoques	(3.000)
Aumento em despesas pagas antecipadamente	(2.000)
Aumento em fornecedores	13.000
Redução em provisão pra IR	(700)
Redução em salários a pagar	(7.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(1.800)
Atividades de Investimento	
Recebimento pela venda de Imobilizado	15.000
Pagamento pela compra de Imobilizado	(20.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(5.000)
Atividades de Financiamento	
Aumento de capital	10.000
Empréstimo de curto prazo	10.000
Distribuição de dividendos	(1.500)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	18.500
Aumento líquido nas Disponibilidades	11.700
Saldo de Caixa + Equivalente-Caixa em X0	5.600
Saldo de Caixa + Equivalente-Caixa em X1	17.300

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também às demais sociedades. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2000, p. 360.

Com base nesses dois exemplos, pode-se identificar claramente os três grupos que compõem a DFC. O que diferenciou um modelo do outro foi a forma de elaboração da demonstração: no Quadro 3, a DFC foi elaborada pelo método direto e, no Quadro 4, pelo método indireto. No item a seguir (2.4.4), serão abordados novamente esses dois métodos de elaboração da DFC.

2.4.4 Métodos de elaboração da DFC

Dois são os métodos que podem ser adotados para a elaboração da DFC: o direto e o indireto.

No método direto, a apresentação começa pelo recebimento das vendas e não com base no lucro líquido. Assim sendo, o método direto explica as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. Já no método indireto, parte-se do lucro líquido para, após os ajustes necessários, chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas, no período, pelas operações registradas na demonstração de resultado. Portanto, esse método faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

Iudícibus e Marion (1999, p. 221) explicam melhor o método direto dizendo:

Através do método direto as entradas e saídas do caixa são evidenciadas a começar das vendas – pelos seus valores efetivamente realizados (recebidos), em vez do lucro líquido, como no método indireto. A partir daí são considerados todos os recebimentos e pagamentos oriundos das operações ocorridas no período.

Em outras palavras, o método direto evidencia todas as entradas e saídas de caixa decorrentes das atividades operacionais da empresa por seus valores brutos.

Com relação ao método indireto da DFC, Iudícibus e Marion (1999, p. 220) dizem: “o método indireto é semelhante ao da DOAR, pois consiste em estender à análise dos itens não circulantes as alterações ocorridas nos itens circulantes (passivo e ativo circulante) excluindo, logicamente, as disponibilidades, cuja variação se está buscando demonstrar”.

Os dois métodos de elaboração da DFC podem ser melhores entendidos por meio de do seguinte quadro comparativo:

Quadro 5 – Elaboração do fluxo de caixa – métodos direto e indireto

Demonstração do Fluxo de Caixa	
Método direto	Método indireto
1. Das atividades operacionais	
<ul style="list-style-type: none"> • (+) recebimentos de clientes e outros • (-) pagamentos a fornecedores • (-) pagamentos a funcionários • (-) recolhimentos ao governo • (-) pagamentos a credores diversos 	<ul style="list-style-type: none"> • (+) lucro líquido • (+/-) ajustes, pelas despesas e receitas que não transitam pelo caixa • acréscimos ou decréscimos nas contas a receber de clientes, devedores diversos, estoques e despesas pagas antecipadamente • acréscimos ou decréscimos nas contas a pagar a fornecedores, empregados, governo e credores
2. De investimento	
<ul style="list-style-type: none"> • (+) receitas de venda de ativo permanente • (-) aplicações em ativo permanente 	
3. Das atividades financeiras	
<ul style="list-style-type: none"> • (+) novos empréstimos • (-) amortização de empréstimos • (+) emissão de debêntures • (+) integralização de capital • (-) pagamentos de dividendos 	
1 + 2 + 3 = aumento ou diminuição das disponibilidades	

Fonte: PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 184.

Como se pode observar, a diferença entre o método direto e o indireto está na forma como são apresentadas as entradas e saídas decorrentes das atividades operacionais da empresa. Enquanto o primeiro apresenta as entradas e saídas do caixa diretamente, o segundo utiliza-se de ajustes no lucro líquido, a fim de apresentar os mesmos valores do caixa operacional.

Campos Filho (1999) estabelece as vantagens e desvantagens dos dois métodos de elaboração da DFC:

Vantagens do método indireto:

- apresenta baixo custo. Basta utilizar dois Balanços Patrimoniais (o do início e o do final do período), a Demonstração de Resultados e algumas informações adicionais obtidas na contabilidade;
- concilia lucro contábil com fluxo de caixa operacional líquido, mostrando como se compõe a diferença.

Desvantagens do método indireto:

- o tempo necessário para gerar as informações pelo regime de competência e só depois convertê-las para regime de caixa. Se isso for feito uma vez por ano, por exemplo, podemos ter surpresas desagradáveis e tardiamente;
- se há interferência da legislação fiscal na contabilidade, e geralmente há, o método indireto irá eliminar somente parte dessas distorções.

Vantagens do método direto:

- cria condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos siga critérios técnicos e não fiscais;
- permite que a cultura de administrar pelo caixa seja introduzida mais rapidamente nas empresas;
- as informações de caixa podem estar disponíveis diariamente.

Desvantagens do método direto:

- o custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos;
- a falta de experiência dos profissionais da área contábil e financeira em usar as partidas dobradas para classificar os recebimentos e pagamentos.

Campos Filho (1999, p. 48) ressalta ainda que: “na comparação entre os métodos é importante irmos além dos aspectos técnicos e considerarmos a realidade em que vivemos, principalmente a realidade brasileira”.

Silva, Santos e Ogawa (1993 *apud* BEUREN e MOURA, 2000) dizem que a DFC, quando elaborada pelo método indireto, é mais semelhante à estrutura da DOAR, portanto de mais fácil compreensão para aqueles que entendem esta demonstração. Ao contrário, a DFC elaborada pelo método direto é de mais fácil entendimento para aqueles que não compreendem a DOAR, uma vez que é elaborada de forma direta, com entradas e saídas do caixa.

Diante do exposto, observa-se a semelhança existente entre a DOAR e a DFC quando esta é elaborada pelo método indireto. Já no caso da elaboração pelo método direto, esta não se parece com a DOAR; no entanto, assume uma forma mais clara e direta de evidenciação das saídas e entradas de recursos da empresa.

2.4.5 Vantagens e desvantagens da DFC

A DFC é uma demonstração muito útil e eficaz. Como ela trabalha com o conceito de disponível (caixa), e não de capital circulante líquido, como é o caso da DOAR, acaba sendo de mais fácil entendimento por parte dos usuários. Além disso, ela se constitui num instrumento para controlar a situação financeira da empresa.

A DFC apresenta várias vantagens, conforme indicam Silva, Santos e Ogawa (1993 *apud* BEUREN e MOURA, 2000):

- apresenta-se em uma linguagem comum e de fácil compreensão aos usuários;
- propicia melhor visualização do fluxo dos recursos financeiros;
- faz-se necessária na previsão de problemas de insolvência e na avaliação de riscos, caixa e dividendos futuros;
- utiliza o conceito de curto prazo, evidenciando apenas elementos monetários.

Embora a DFC apresente bastantes vantagens, ela também possui algumas desvantagens como instrumento de informação, conforme demonstra Afonso (1999):

- não um existe um consenso sobre o conceito de caixa a utilizar;
- tende a aumentar as dúvidas a respeito da validade e utilidade da contabilidade, tornando-a ainda mais incompreendida;
- existe polêmica na classificação dos itens nos grupos (atividades operacionais, de investimento e de financiamento);
- as chances de manipulação do caixa são grandes. Basta atrasar conscientemente seus recebimentos e pagamentos, para tentar melhorar o fluxo de caixa num determinado período.

Portanto, observa-se que a DFC possui aspectos de grande relevância, que permitem aos seus usuários a tomada de decisões diante da maior compreensão dos fluxos financeiros da empresa. Porém, é preciso ficar atento, pois a DFC pode levar a conclusões erradas a respeito da evolução da empresa: um fluxo de caixa baixo pode não ser um ponto negativo, mas sim representar novos investimentos e expectativa de crescimento, enquanto que um fluxo de caixa positivo, entretanto, pode significar liquidação dos ativos quando uma empresa estiver à beira da falência.

Conforme foi explicitado no presente item (2.4.5) e no item 2.3.5, cada demonstração financeira (DOAR e DFC) tem suas peculiaridades, isto é, suas vantagens e desvantagens. A DOAR fornece informações mais abrangentes sobre a situação financeira da empresa como um todo – curto e longo prazo. A DFC, por sua vez, traz informações também sobre a situação financeira, porém, utilizando o conceito de curto prazo. Portanto, cada demonstração financeira tem a sua importância de acordo com a expectativa do usuário e, com a utilização de ambas, a informação contábil poderá atingir a todos os usuários.

A FIPECAFI (2000, p. 361) possui a seguinte concepção sobre esse assunto: "O que os estudos empíricos vêm sistematicamente comprovando é, na verdade, uma grande complementaridade entre estas duas demonstrações (DOAR e DFC), e não que elas sejam mutuamente excluentes".

Reforçando a opinião acima, Iudícibus e Marion (1999, p. 224) dizem: "[...] consideramos que a DFC deve ser adotada visando atender ao interesse dos usuários [...]. Por outro lado, a DOAR não deve ser substituída, apesar da sua reconhecida complexidade [...]".

A análise da DFC, em conjunto com a DOAR, permite ao usuário obter um leque maior de informações sobre a empresa, do que a análise isolada de qualquer uma das demonstrações, o que leva a proposição de que estas se complementam no sentido de dar suporte ao processo de tomada de decisão nas empresas.

Sendo assim, não se justifica instituir a obrigatoriedade da DFC em detrimento da desobrigação da DOAR, em razão de serem demonstrações distintas quanto às informações fornecidas, porém complementares no auxílio à contabilidade no desempenho de suas funções.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo visa contribuir à discussão que atualmente vem se apresentando no meio contábil sobre a DOAR e a DFC.

Serão apresentadas, primeiramente, algumas informações do contabilista e do escritório de contabilidade em que ele atua. Na pesquisa realizada não foram mencionados os nomes dos contabilistas e nem dos escritórios de contabilidade, porque esses dados são irrelevantes para o objetivo aqui proposto. Em seguida, será abordado o posicionamento do contabilista com relação à substituição da DOAR pela DFC, como fontes de informações úteis para os usuários da contabilidade. Na sequência, serão demonstrados alguns questionamentos sobre a DOAR e a DFC, em particular. Por fim, serão analisados os dados coletados, evidenciando a opinião de contabilistas a respeito da substituição da DOAR pela DFC.

3.1 Coleta dos dados

Para atingir o objetivo desta pesquisa, foi aplicado a alguns contabilistas um questionário contendo no total trinta questões, das quais quinze eram abertas e quinze eram fechadas.

O questionário foi dividido em quatro grupos: identificação do contabilista e do escritório de contabilidade, o posicionamento do contabilista (DOAR x DFC), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Foram coletados vinte e nove questionários, sendo que sete foram respondidos por *e-mail* e os outros vinte e dois restantes foram respondidos no próprio formulário entregue pelo pesquisador para os contabilistas. O prazo de entrega dos questionários respondidos (envio do

e-mail do informante para o pesquisador e entrega do formulário preenchido para o pesquisador), não ultrapassou cinco dias.

Como já foi mencionado na metodologia (ver 1.6), a escolha dos escritórios de contabilidade ocorreu com base na acessibilidade e na conveniência do pesquisador, isto é, foram enviados e entregues os questionários para os escritórios de contabilidade com maior facilidade de acesso.

3.2 Análise dos dados

Na sequência, expõem-se os dados coletados correspondentes a cada uma das questões formuladas aos contabilistas da amostra. As questões propostas estão relacionadas na ordem em que foram formuladas e são seguidas das respostas fornecidas pelos contabilistas.

3.2.1 Identificação do contabilista e do escritório de contabilidade

As perguntas a seguir têm por objetivo conhecer um pouco do perfil do contabilista e do escritório de contabilidade que ele atua.

Questão nº 1 – Quanto tempo você possui de atividade na profissão (a contar da data de registro no Conselho Regional de Contabilidade)?

Sobre essa questão, foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 1 – Tempo de atividade do contabilista na profissão

Tempo de profissão	Nº de contabilistas	%
De 0 a 3 anos	4	13,79
De 3 a 6 anos	4	13,79
De 6 a 9 anos	7	24,14
Acima de 9 anos	14	48,28
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 1 – Tempo de atividade do contabilista na profissão

Fonte: a autora da pesquisa

Pode-se verificar que mais de 48%, aproximadamente, dos contabilistas que responderam ao questionário possuem acima de 9 anos de profissão, a contar da data de registro no Conselho Regional de Contabilidade. Em segundo lugar na pesquisa, vêm os contabilistas que possuem entre 6 e 9 anos de profissão – 24,14%. Isso demonstra que a amostra conseguiu atingir um número considerável de contabilistas com bastantes anos de atuação no mercado contábil.

Questão nº 2 – Quanto tempo de atividade possui o escritório de contabilidade em que você atua?

Com relação ao tempo de atividade do escritório em que o contabilista atua, seja como proprietário ou como empregado, obtiveram-se os seguintes dados:

Tabela 2 – Tempo de atividade do escritório de contabilidade

Tempo de atividade	Nº de escritórios	%
De 0 a 5 anos	6	20,69
De 5 a 10 anos	7	24,14
Acima de 10 anos	16	55,17
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Conforme descrito na Tabela 2, 55,17% dos escritórios de contabilidade abrangidos na amostra possuem acima de 10 anos de atividade. Os escritórios que possuem entre 5 e 10 anos representam 24,14% da amostra, e os que têm até 5 anos de atividade representam 20,69%.

Os valores acima podem ser melhores visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Tempo de atividade do escritório de contabilidade



Fonte: a autora da pesquisa

Pode-se verificar que assim como na primeira questão prevaleceram em maior número na amostra os contabilistas com mais tempo de profissão, na segunda questão também preponderaram os escritórios com mais tempo de atividade no mercado.

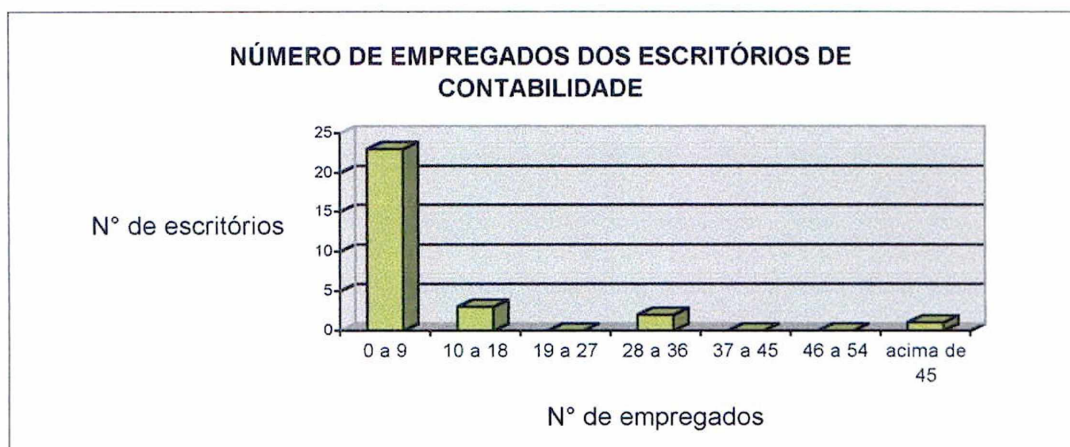
Questão nº 3 – Qual o número de empregados do escritório de contabilidade?

Por meio dessa questão, pretendeu-se ter uma noção a respeito do tamanho do escritório de contabilidade, em termos de estrutura de pessoal. O SEBRAE adotou o critério de classificar as empresas de acordo com seu número de empregados: microempresa indústria: até dezenove empregados; microempresa comércio/serviço: até nove empregados; empresa de pequeno porte indústria: de vinte a noventa e nove empregados; empresa de pequeno porte comércio/serviço: de dez a quarenta e nove empregados.

Tabela 3 – Número de empregados dos escritórios de contabilidade

Nº de empregados	Nº de escritórios	%
De 0 a 9	23	79,31
De 10 a 18	3	10,34
De 19 a 27	0	0,00
De 28 a 36	2	6,90
De 37 a 45	0	0,00
De 46 a 54	0	0,00
Acima de 54	1	3,45
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 3 – Número de empregados dos escritórios de contabilidade

Fonte: a autora da pesquisa

Com base nos dados coletados pode-se constatar que vinte e três escritórios de contabilidade são considerados microempresa, uma vez que possuem até nove empregados. Apenas seis são classificados como empresa de pequeno porte. Um escritório possui acima de cinquenta e quatro empregados; no entanto, o SEBRAE não estabeleceu nenhuma classificação para essa situação.

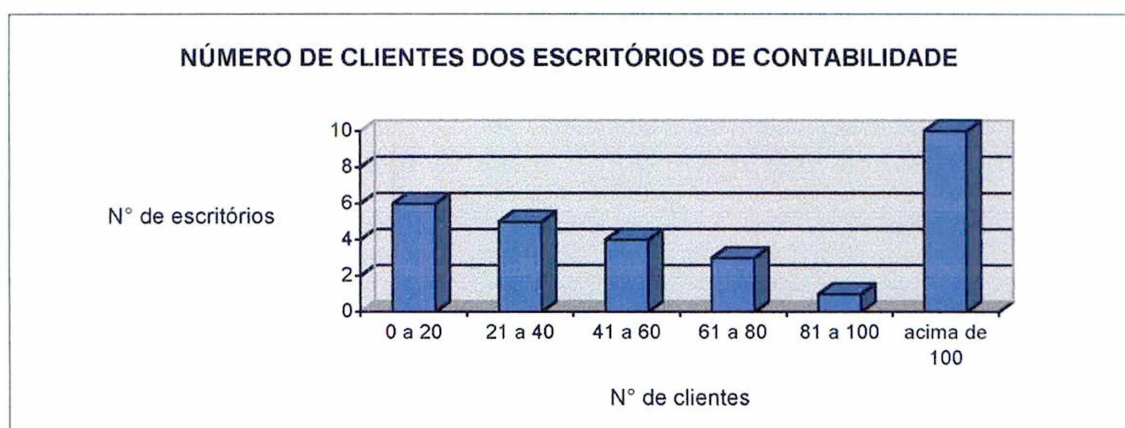
Questão nº 4 – Qual o número de clientes (empresas) sob responsabilidade do escritório de contabilidade?

Sobre essa questão foram coletados os seguintes dados:

Tabela 4 – Número de clientes dos escritórios de contabilidade

Quantidade de clientes	Nº de escritórios	%
De 0 a 20	6	20,69
De 21 a 40	5	17,24
De 41 a 60	4	13,79
De 61 a 80	3	10,34
De 81 a 100	1	3,45
Acima de 100	10	34,49
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 4 – Número de clientes dos escritórios de contabilidade

Fonte: a autora da pesquisa

Com relação ao número de clientes, verifica-se que este variou bastante de escritório para escritório. No entanto, pode-se verificar que o maior percentual (34,49%) está concentrado nos escritórios que possuem acima de cem clientes.

Questão nº 5 – Quais são os serviços prestados pelo escritório de contabilidade?

Qual o percentual que cada um representa no total dos serviços prestados?

A finalidade principal dessa pergunta é conhecer os serviços fornecidos pelos escritórios de contabilidade, bem como o percentual que cada um deles representa no total dos serviços prestados. De forma resumida, busca-se conhecer o foco (principal área de atuação) do escritório de contabilidade.

Tabela 5 – Serviços prestados pelos escritórios de contabilidade

Tipos de serviços prestados						Nº de escritórios	%
Escrituração	Auditoria	Consultoria e Assessoria	Perícia	Outros	Total (%)		
100	0	0	0	0	100	8	27,59
90	0	10	0	0	100	7	24,13
90	2	8	0	0	100	1	3,45
90	10	0	0	0	100	1	3,45
85	0	10	0	5	100	1	3,45
80	0	20	0	0	100	3	10,33
80	0	0	0	20	100	1	3,45
70	0	30	0	0	100	1	3,45
70	0	20	0	10	100	2	6,90
60	0	30	0	10	100	2	6,90
60	5	30	5	0	100	1	3,45
60	0	20	0	20	100	1	3,45
Total						29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Dos vinte e nove escritórios abrangidos na amostra, pode-se verificar que a maioria deles prestam somente serviços de escrituração (contábil/fiscal/folha) ou escrituração (90%) e consultoria e assessoria (10%) – aqueles representam 27,59% da amostra, e estes, 24,13%. São poucos os escritórios que prestam os serviços de auditoria e perícia, além de outros serviços.

Questão nº 6 – Qual a sua formação como profissional?

Com relação à formação profissional do contabilista – obrigatória e facultativa – obtiveram-se os seguintes dados:

Tabela 6 – Formação profissional (obrigatória)

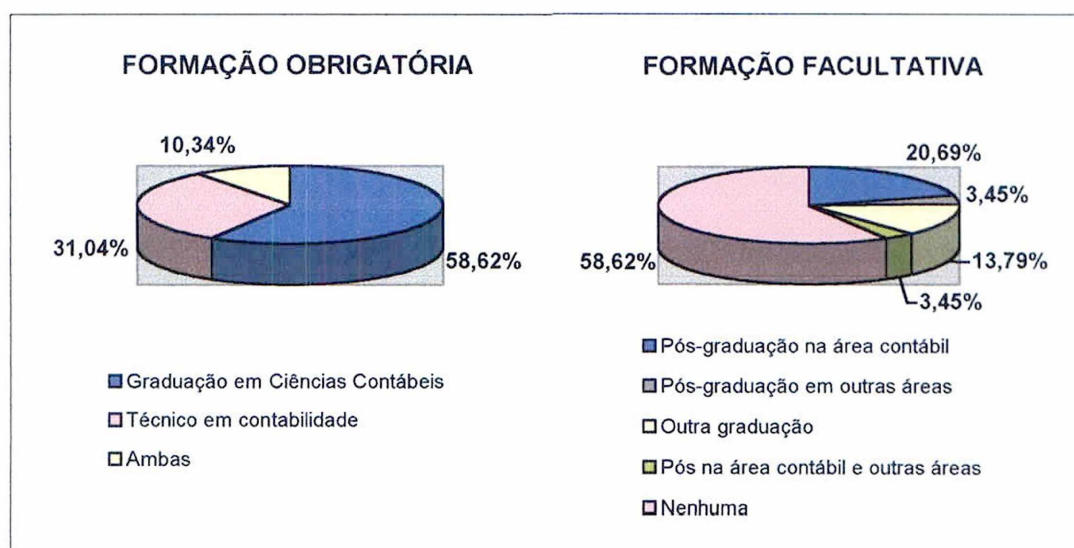
Formação profissional	Nº de contabilistas	%
Técnico em contabilidade	9	31,04
Graduação em Ciências Contábeis	17	58,62
Ambas	3	10,34
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Tabela 7 – Formação profissional (facultativa)

Formação profissional	Nº de contabilistas	%
Pós-graduação na área contábil	6	20,69
Pós-graduação em outras áreas	1	3,45
Outra graduação	4	13,79
Pós-graduação na área contábil e em outras áreas	1	3,45
Nenhuma	17	58,62
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 5 – Formação profissional do contabilista

Fonte: a autora da pesquisa

Com relação à formação profissional obrigatória, 58,62% dos contabilistas possuem graduação em Ciências Contábeis; 31,04% possuem somente o curso técnico em contabilidade; e, os 10,34% restantes possuem tanto a graduação como o curso técnico. Entretanto, em termos de formação profissional facultativa, pode-se verificar que mais da metade dos contabilistas não possuem nenhuma outra formação.

Questão nº 7 – Quais as suas principais especialidades na área contábil e área de atuação?

Dentre os vinte e nove contabilistas pertencentes à amostra, pode-se verificar que as especialidades predominantes são: escrituração na parte contábil, fiscal e folha de pagamento

e assessoria/consultoria contábil, tributária e financeira. Alguns dos contabilistas também atuam nas áreas de auditoria, perícia, controladoria, contabilidade de custos e contabilidade de condomínios.

Questão nº 8 – Quais são as suas formas de atualização profissional?

Diversas são as formas de atualização profissional dos contabilistas que responderam ao questionário. As principais respostas obtidas foram:

- 24,14% dos contabilistas buscam atualização através da leitura constante de boletins, informativos e legislação, participação em cursos e eventos, principalmente da área contábil, bem como através do intercâmbio de informações com outros profissionais;
- 27,59% atualizam-se principalmente por meio de cursos, palestras e eventos oferecidos pelo CRC e pelo SESCON/SC;
- 31,03% buscam atualização por meio de cursos de aperfeiçoamento, leitura de boletins, revistas e jornais, além da *internet*;
- 17,24% atualizam-se somente através da leitura de boletins e informativos.

Questão nº 9 – Você participou de cursos e eventos no último ano? Quais?

Dos vinte e nove contabilistas que responderam ao questionário somente cinco (17,24%) não participaram de nenhum curso ou evento no último ano. Os principais cursos de que os demais contabilistas participaram foram:

- 54,16% dos contabilistas participaram somente de cursos de atualização promovidos pelo CRC e SESCON/SC;
- 41,67% participaram de cursos de atualização promovidos pelo CRC e SESCON/SC e também aqueles promovidos por empresas que fornecem assessoria na parte contábil, fiscal e pessoal;
- um contabilista (4,17%) participou unicamente do curso de especialização em direito tributário da UFSC;

Questão nº 10 – O setor de contabilidade e as áreas afins estão informatizados?

Caso sua resposta seja afirmativa, quais os recursos que você utiliza em termos de informática?

Todos os vinte e nove escritórios da amostra possuem o setor de contabilidade totalmente informatizado. Os recursos utilizados variam de escritório para escritório. No entanto, pode-se constatar que existe uma estrutura básica semelhante em todos os escritórios, a qual é composta por computadores, impressoras, *softwares* de contabilidade e *internet*. 13,79% dos contabilistas, ou seja, quatro sujeitos, também mencionaram a utilização de *softwares* e planilhas que fazem cálculos de perícia.

Questão nº 11 – Quais os relatórios ou demonstrativos que você apresenta aos usuários da contabilidade?

Essa pergunta tem como finalidade conhecer quais os principais relatórios ou demonstrativos apresentados para os usuários da contabilidade. Sobre essa questão foram captadas as seguintes respostas:

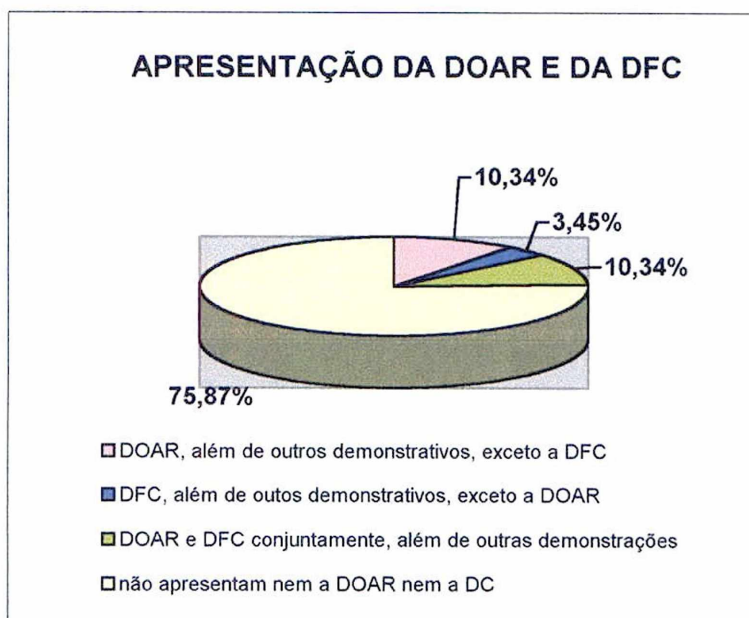
Tabela 8 – Relatórios e demonstrações apresentadas aos usuários da contabilidade

Relatórios e demonstrações apresentadas	Nº de contabilistas	%
DO, BP e DRE	15	51,72
DO, BP, DRE, DLPA e DOAR	3	10,34
DO, BP, DRE, DLPA, DOAR, DFC e outros demonstrativos	3	10,34
DO, BP, DRE e DFC	1	3,45
DO, BP, DRE e outros demonstrativos	7	24,15
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Analisando separadamente a apresentação da DOAR e da DFC, obtém-se os seguintes dados:

Gráfico 6 – Apresentação da DOAR e da DFC para os usuários



Fonte: a autora da pesquisa

Pode-se verificar com base no gráfico acima que 10,34%, o que corresponde a três contabilistas, apresentam a DOAR e outras demonstrações a seus usuários, exceto a DFC. Apenas um contabilista (3,45%) apresenta a DFC e outras demonstrações a seus usuários, exceto a DOAR. Três contabilistas (10,34%) apresentam, conjuntamente, a DOAR e a DFC, além de outras demonstrações, e 75,87% não apresentam nem a DOAR nem a DFC.

Questão nº 12 – Com relação à pergunta anterior, qual a periodicidade e finalidade das demonstrações apresentadas (exceto os itens a, e e f)?

Sobre esta questão foram obtidos os seguintes dados:

Tabela 9 – Periodicidade das demonstrações apresentadas

Periodicidade	Nº de escritórios	%
Mensal	4	13,79
Trimestral	2	6,90
Semestral	1	3,45
Anual	13	44,83
Mensal e anual	3	10,34
Anual e esporadicamente	6	20,69
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Baseado nos dados acima é possível constatar que, aproximadamente, 45% dos contabilistas apresentam o BP, a DRE, a DLPA, além de outras demonstrações, uma única vez ao ano. Apenas 13,79% da amostra apresentam mensalmente essas demonstrações.

Pode-se verificar, também, que a periodicidade de apresentação das demonstrações está muito ligada com a sua finalidade de apresentação. Os contabilistas que apresentam anualmente as demonstrações dizem que a principal finalidade de apresentar os demonstrativos contábeis está relacionada com uma exigência legal ou com o fornecimento de informações a instituições financeiras, para fins de abertura de linhas de crédito. Aqueles que apresentam mensalmente e trimestralmente as demonstrações mencionam como finalidades demonstrar a situação econômica e financeira da empresa e auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, proporcionando um gerenciamento mais efetivo da empresa.

Os demais contabilistas responderam que existem finalidades diversas para apresentar os relatórios e as demonstrações, no entanto, destacaram que a principal delas é atender as necessidades informativas dos usuários.

3.2.2 O posicionamento do contabilista (DOAR X DFC)

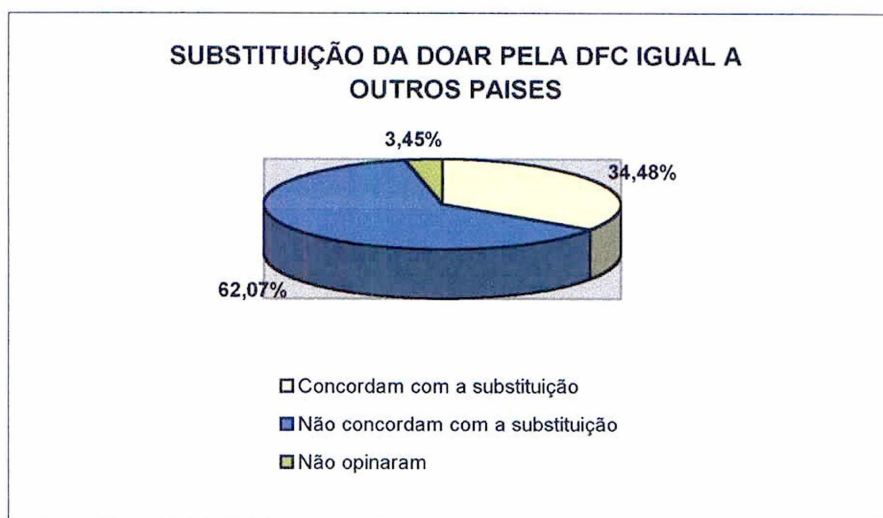
As perguntas a seguir têm por objetivo conhecer o posicionamento do contabilista a respeito da substituição da DOAR pela DFC, bem como apresentar um comparativo entre as informações apresentadas por essas duas demonstrações financeiras.

Questão nº 13 – Sabendo que os EUA e outros países da Europa já optaram, há alguns anos, por priorizar a elaboração da DFC em substituição à DOAR, você afirmaria que tal prática é igualmente acertada para a realidade brasileira?

Sobre essa questão, obteve-se a seguinte posição:

- 34,48% da amostra, percentual que corresponde a dez contabilistas, concordaram que a substituição da DOAR pela DFC, a exemplo de outros países, seria acertada e adequada à realidade brasileira;
- 62,07% dos contabilistas discordaram do teor da questão; deste total, 11,11% salientaram que a economia brasileira é instável e apresenta uma alta inflação; portanto, a substituição da DOAR pela DFC só seria viável se, para a elaboração da DFC, fosse utilizada uma moeda constante a valor presente;
- apenas um contabilista (3,45%) preferiu não opinar a respeito da substituição da DOAR pela DFC e salientou que, no Brasil, a maioria das empresas são consideradas microempresas, e o cliente quer na verdade somente o cumprimento de suas obrigações legais.

Gráfico 7 – Substituição da DOAR pela DFC igual a outros países



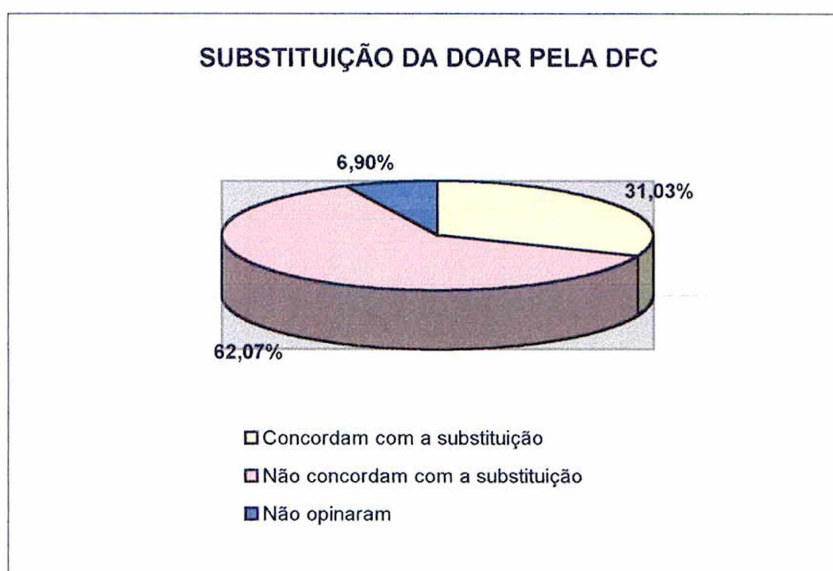
Fonte: a autora da pesquisa

Pode-se verificar que mais da metade dos contabilistas (62,07%, o que corresponde a dezoito contabilistas) discordam da proposta de substituição da DOAR pela DFC a exemplo de outros países.

Questão nº 14 – Você concorda com a proposta de reformulação da Lei nº 6.404/76, no sentido de tornar obrigatórias a elaboração e divulgação da DFC em substituição à DOAR?

A questão em foco pretende verificar se os contabilistas concordam com a proposta de substituir a DOAR pela DFC. Foram obtidos os seguintes dados:

Gráfico 8 – Substituição da DOAR pela DFC



Fonte: a autora da pesquisa

Com base nos valores do gráfico pode-se verificar que:

- 31,03% dos contabilistas concordaram com a proposta de reformulação da Lei nº 6.404/76, no sentido de tornar obrigatória a elaboração da DFC em substituição à DOAR;
- 62,07% dos contabilistas não concordaram com a substituição da DOAR pela DFC; 55,56% destes contabilistas ainda manifestaram sua opinião dizendo que deveria ser mantida a DOAR e se instituir o DFC como uma demonstração complementar, também obrigatória; na opinião desses contabilistas, a DOAR e a DFC são demonstrações que se complementam, pois aquela fornece ao usuário informações sobre operações de longo

prazo, e esta fornece informações sobre operações de fluxo de disponibilidades de curto prazo;

- 6,90% da amostra ficaram indiferentes a respeito da substituição, e optaram por não responder a esta questão.

Questão nº 15 – Qual(is) demonstração(ões) na sua opinião deveria(m) ser obrigatória(s)?

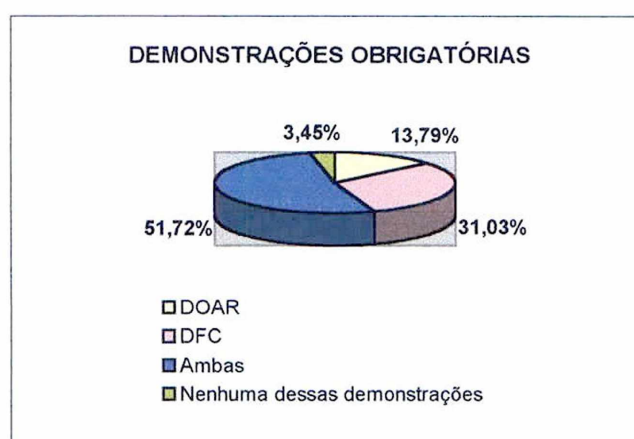
Essa questão procurou captar a opinião dos contabilistas no sentido de verificar qual(is) demonstração(ões) deveria(m) ser obrigatória(s). Do total de vinte e nove contabilistas que responderam ao questionário, obteve-se a seguinte posição:

Tabela 10 – Demonstrações obrigatórias

Demonstrações obrigatórias	Nº de contabilistas	%
DOAR	4	13,79
DFC	9	31,03
Ambas	15	51,72
Nenhuma dessas demonstrações	1	3,45
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 9 – Demonstrações obrigatórias



Fonte: a autora da pesquisa

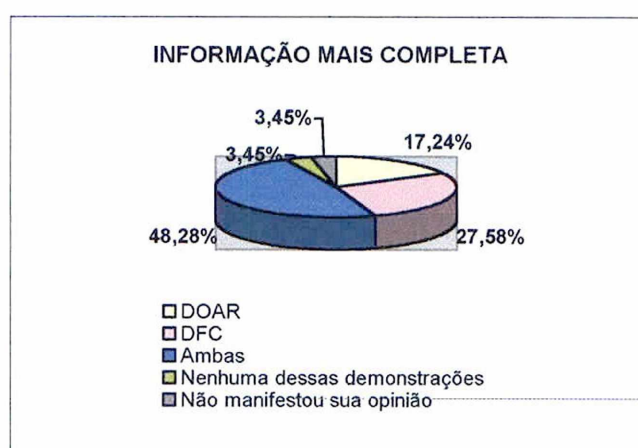
Com base nos dados coletados, pode-se verificar que, para grande parte dos contabilistas (51,72%), tanto a DOAR como a DFC deveriam ser obrigatórias. Entretanto,

13,79% da amostra optaram apenas pela DOAR, enquanto que 31,03% escolheram a DFC. Além disso, 3,45% dos contabilistas disseram que nenhuma dessas duas demonstrações deveria ser obrigatória.

Questão nº 16 – Com relação ao aspecto da informação, qual das duas demonstrações (DOAR ou DFC) você considera mais completa para os usuários? Por quê?

Essa questão busca um comparativo entre as informações propiciadas por ambas as demonstrações financeiras (DOAR e DFC), procurando captar a posição do contabilista entre uma e outra.

Gráfico 10 – Informação mais completa para o usuário



Fonte: a autora da pesquisa

Com base nos dados coletados pode-se verificar que:

- 17,24% dos contabilistas entendem que a DOAR é a demonstração mais completa para os usuários; desse total, 40% justificaram sua resposta dizendo que consideram a DOAR mais completa, por não conhecerem a DFC, e os outros 60%, pelo fato de a DOAR demonstrar todas as origens e aplicações de recursos da empresa, bem como a variação no CCL;

- 27,58% da amostra consideram a DFC mais completa; corroborando essa opção, 62,50% dos contabilistas disseram que a DFC é mais completa por demonstrar todas as entradas e saídas de caixa da empresa, bem como seu saldo inicial e final, e 37,50% ainda fizeram questão de salientar que a DFC torna-se mais completa para os usuários, em razão de demonstrar, de forma detalhada, clara e compreensível, a situação financeira da empresa;
- 48,28% disseram que tanto a DOAR como a DFC são demonstrações completas; dos quatorze contabilistas que colocaram como resposta as duas demonstrações, 78,57% disseram que elas são complementares e devem ser analisadas conjuntamente, pois ambas objetivam informar sobre a situação financeira da empresa – a DOAR dá ênfase ao capital circulante líquido e a DFC dá ênfase ao caixa, em seus recebimentos e pagamentos – e 21,43% afirmaram que ambas as demonstrações são completas e cada uma fornece um tipo de informação, cabendo ao usuário decidir qual delas atende mais as suas necessidades;
- na opinião de um contabilista (3,45%), nenhuma das duas demonstrações é completa para o usuário. No entanto, ele não explicou o porquê dessa resposta;
- um contabilista (3,45% da amostra) não manifestou sua opinião a respeito de qual demonstração seria a mais completa, pois segundo ele, na prática, as demonstrações não contemplam a realidade econômica e financeira da empresa, em virtude da elevada tributação existente no Brasil.

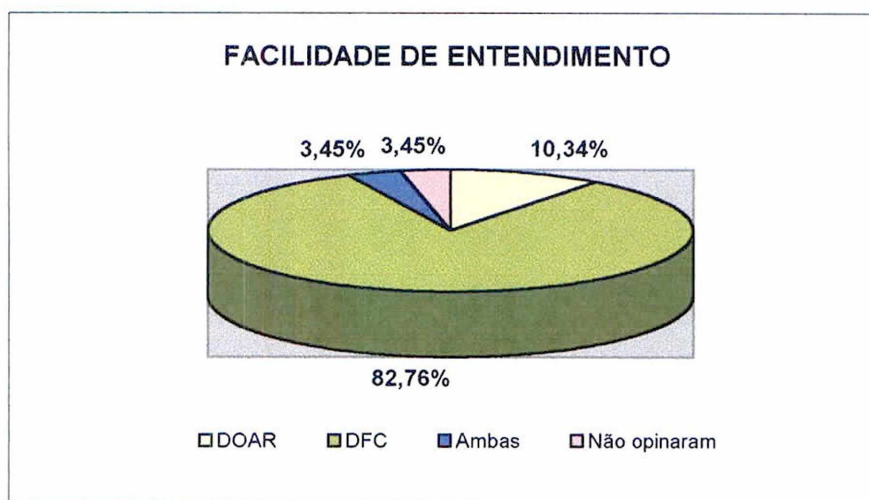
Questão nº 17 – Com relação ao aspecto da informação, qual das duas demonstrações você considera mais simples ou de mais fácil entendimento para os usuários?

Essa questão pretende avaliar a simplicidade ou dificuldade da DOAR e da DFC. As opiniões captadas foram as seguintes:

Tabela 11 – Facilidade de entendimento pelo usuário

Demonstrações	Nº de contabilistas	%
DOAR	3	10,34
DFC	24	82,76
Ambas	1	3,45
Não opinaram	1	3,45
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 11 – Facilidade de entendimento pelo usuário

Fonte: a autora da pesquisa

Verificando os dados acima, percebe-se que 82,76% dos contabilistas consideram a DFC mais simples ou de fácil entendimento para os usuários, enquanto que apenas 10,34% pensam o mesmo a respeito da DOAR. 3,45% dos contabilistas apontaram ambas as demonstrações e, ainda, 3,45% preferiram não opinar sobre o assunto.

Questão nº 18 – Qual das duas demonstrações você considera mais complexa ou mais difícil de se elaborar?

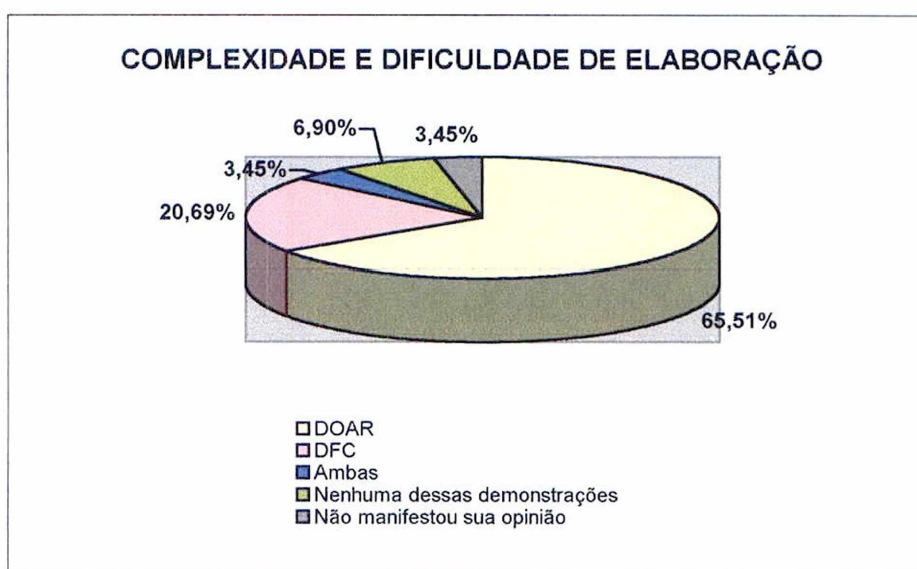
Procurou-se investigar a percepção dos contabilistas quanto à complexidade ou dificuldade de elaboração da DOAR e da DFC. As opiniões coletadas foram as seguintes:

Tabela 12 – Complexidade e dificuldade de elaboração

Demonstrações	Nº de contabilistas	%
DOAR	19	65,51
DFC	6	20,69
Ambas	1	3,45
Nenhuma dessas demonstrações	2	6,90
Não opinaram	1	3,45
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 12 – Complexidade e dificuldade de elaboração



Fonte: a autora da pesquisa

Com relação à dificuldade de elaboração, dezenove contabilistas (65,51%) disseram que a DOAR é a demonstração mais complexa ou difícil de se elaborar. Seis contabilistas (20,69%) consideram a DFC como sendo a demonstração mais difícil de se elaborar. Um contabilista (3,45%) disse que ambas as demonstrações são difíceis de se elaborar. Na opinião de dois contabilistas (6,90%), nenhuma das duas demonstrações é de difícil elaboração, e um contabilista (3,45%) preferiu não opinar sobre o assunto.

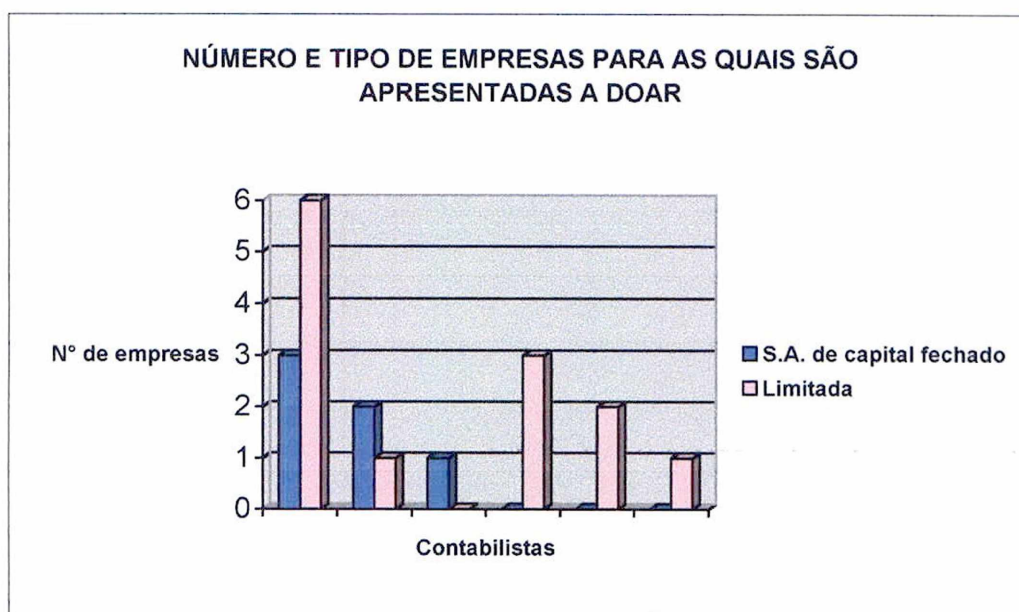
3.2.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Serão abordadas agora algumas considerações sobre a DOAR de acordo com a visão dos contabilistas.

Questão nº 19 – Com relação à pergunta 11, identifique o tipo e a quantidade de empresas para as quais você elabora a DOAR.

Sobre essa questão foram coletados os seguintes dados:

Gráfico 13 – Número de empresas para as quais são apresentadas a DOAR



Fonte: a autora da pesquisa

.....Pode-se verificar que dos vinte e nove contabilistas pertencentes à amostra somente

Foram os seguintes que dos onze contadores pertencentes à amostra, somente seis elaboram a DOAR para seus clientes. As respostas obtidas foram as seguintes:

- um contabilista elabora a DOAR para nove empresas, sendo que três destas são sociedades anônimas de capital fechado, e seis são empresas limitadas;
- um contabilista elabora a DOAR para três empresas: duas são sociedades anônimas de capital fechado, e uma é limitada;
- um contabilista elabora a DOAR para uma sociedade anônima de capital fechado;

- um contabilista elabora a DOAR para três empresas limitadas;
- um contabilista elabora a DOAR para duas empresas limitadas;
- um contabilista elabora a DOAR para uma empresa limitada;
- os vinte e três demais contabilistas não responderam a essa questão, pois não elaboram tal demonstração.

Questão nº 20 – De acordo com a sua experiência e priorizando o aspecto informativo, quais são os principais pontos fortes e fracos da DOAR?

Nessa questão, buscou-se identificar os aspectos positivos e negativos da DOAR, principalmente priorizando a visão do usuário final da informação. Sobre os pontos positivos foram obtidas as seguintes opiniões:

- 24,13% dos contabilistas apontaram como pontos fortes da DOAR o fato de ela evidenciar a variação do capital circulante líquido e também demonstrar a situação financeira da empresa a longo prazo;
- 27,59% da amostra disseram que a DOAR demonstra de forma detalhada de onde vieram e onde foram aplicados os recursos da empresa, ou seja, demonstra as origens e aplicações de recursos;
- 6,90% dos contabilistas salientaram que a DOAR é muito rica em informações;
- 3,45% dos contabilistas consideraram como principal ponto forte da DOAR a possibilidade de visão dos recursos que estão financiando a empresa, ou seja, ela permite ao usuário conhecer o tipo e a quantidade de recursos utilizados pela empresa para financiar suas atividades;
- 6,90% dos contabilistas afirmaram que há na DOAR um potencial informativo muito grande em relação ao conceito de capital circulante líquido (ponto forte);
- 31,03% da amostra não opinaram sobre o assunto, em virtude de não elaborarem a DOAR, já que seus clientes são empresas dispensadas de tal obrigação.

Sobre os pontos negativos foram obtidas as seguintes opiniões:

- os pontos fracos da DOAR apontados por 34,48% dos contabilistas estão relacionados com a dificuldade de entendimento dessa demonstração pelos usuários, principalmente àqueles leigos em matéria contábil;
- 27,59% dos contabilistas disseram que a DOAR é uma demonstração muito complexa e de difícil elaboração e entendimento;
- 6,90% dos contabilistas afirmaram que a compreensão do conceito de capital circulante líquido utilizado pela DOAR não é tão familiar quanto o conceito de disponibilidade;
- 31,03% da amostra não opinaram sobre o assunto, em virtude de não elaborarem a DOAR, já que seus clientes são empresas dispensadas de tal obrigação.

Questão nº 21 – Com relação à pergunta 19, qual a periodicidade e finalidade de apresentação da DOAR?

Nessa questão foram captadas as respostas de seis contabilistas. Os vinte e três demais contabilistas não responderam essa questão, pois não elaboraram a DOAR para seus clientes.

Sobre a periodicidade de apresentação foram obtidas as seguintes opiniões:

- cinco contabilistas, representando um percentual de 83,33%, apresentam a DOAR anualmente e, 16,67% apresentam trimestralmente.

Sobre a finalidade de apresentação foram obtidas as seguintes opiniões:

- 16,67%, o que equivale a um contabilista, salientou que a principal finalidade de apresentação da DOAR é cumprir uma exigência legal, uma vez que a empresa para qual é elaborada a DOAR, além de ser S.A. de capital fechado, realiza exportações para fora do Brasil, e por isso precisa fornecer todas as demonstrações de acordo com as normas internacionais;

- para três contabilistas (50%), a DOAR é elaborada para cumprir uma exigência legal e também por ser um demonstrativo muito rico em informações, embora não seja utilizada pelos usuários nas tomadas de decisões;
- 33,33% (dois contabilistas) disseram que elaboram a DOAR porque os softwares de contabilidade fornecem esse recurso. Sendo assim, é mais uma demonstração que vem enriquecer o conteúdo dos livros contábeis das empresas;

Questão nº 22 – Com relação à pergunta 19, para quem se destina a apresentação da DOAR?

Dos contabilistas que responderam a essa questão (seis), cinco apresentaram a seguinte resposta: a DOAR não é apresentada para ninguém especificamente; é uma demonstração que vem anexada aos livros contábeis, com o objetivo de enriquecer o seu conteúdo, mas não é uma informação utilizada para a tomada de decisão. Apenas um contabilista respondeu que essa demonstração é apresentada para os proprietários da empresa com a finalidade de melhor gerenciarem seus recursos.

Questão nº 23 – Com relação à pergunta 19, nas empresas que são apresentadas a DOAR, há Auditoria Externa?

Apenas um dos seis contabilistas que responderam a essa pergunta apresentou resposta positiva, ou seja, para a empresa que é elaborada a DOAR existe auditoria externa.

3.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Serão abordadas, na sequência, algumas considerações sobre a DFC de acordo com a visão dos contabilistas.

Questão nº 24 – Com relação à pergunta 11, identifique o tipo e a quantidade de empresas para as quais você elabora a DFC.

Dos vinte e nove contabilistas pertencentes à amostra, quatro elaboram a DFC para seus clientes. Os dados obtidos foram os seguintes:

- um contabilista elabora a DFC para uma sociedade anônima de capital fechado;
- um contabilista elabora a DFC para cinco empresas limitadas;
- um contabilista elabora a DFC para duas empresas limitadas;
- um contabilista elabora a DFC para uma empresa limitada;
- os vinte e cinco demais contabilistas não responderam a essa questão, pois não elaboram tal demonstração.

Gráfico 14 – Número de empresas para as quais são apresentadas a DFC



Fonte: a autora da pesquisa

Questão nº 25 – De acordo com a sua experiência e priorizando o aspecto informativo, quais são os principais pontos fortes e fracos da DFC?

Nessa questão, buscou-se identificar os aspectos positivos e negativos da DFC, principalmente priorizando a visão do usuário final da informação. Sobre os pontos positivos da DFC foram obtidas as seguintes opiniões:

- 6,90% dos contabilistas destacaram, como ponto forte da DFC, a melhor visualização da situação financeira da empresa a curto prazo, isto é, do fluxo dos recursos financeiros;
- 58,62% da amostra disseram que a DFC apresenta-se em uma linguagem comum e de fácil compreensão aos usuários, além de ser de fácil elaboração em comparação com a DOAR;
- cinco contabilistas (17,24%) disseram que a DFC é uma demonstração de grande relevância, principalmente para o usuário interno, uma vez que evidencia os fluxos de entrada e saída do caixa, ou seja, demonstra a origem de todo o dinheiro que entrou na empresa, bem como a aplicação (utilização) desse dinheiro;
- um contabilista (3,45%) salientou que a DFC é uma demonstração de muita utilidade, pois permite ao administrador planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros da empresa para um determinado período, além de servir para determinar o grau de solvência da mesma;
- em razão de conhecerem apenas superficialmente a DFC, 13,79% da amostra não opinaram sobre o assunto.

Sobre os pontos negativos da DFC foram obtidas as seguintes opiniões:

- 55,17% dos contabilistas disseram que a DFC trabalha com informações de curto prazo, omitindo informações de longo prazo que podem ser o diferencial para uma tomada de decisão;
- 31,04% afirmaram que a DFC é uma demonstração que pode ser facilmente manipulada e até mesmo forjada, bastando atrasar ou adiantar os recebimentos ou pagamentos da empresa, para melhorar o fluxo de caixa num período específico. Em razão disso, a DFC pode levar a conclusões erradas sobre a empresa;
- em razão de conhecerem apenas superficialmente a DFC, 13,79% da amostra não opinaram sobre o assunto.

Questão nº 26 – Com relação aos métodos de elaboração da DFC, qual deles você considera mais fácil de elaborar?

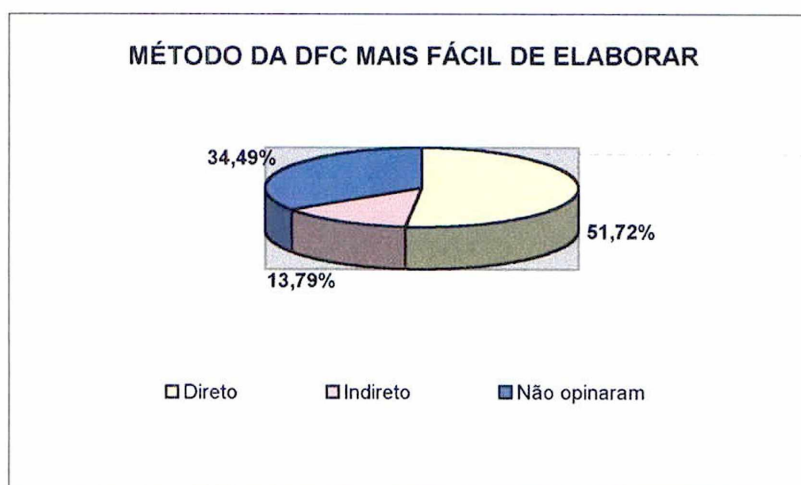
Essa pergunta tem por finalidade verificar qual dos dois métodos de elaborar a DFC é mais fácil na opinião dos contabilistas. As respostas obtidas foram as seguintes:

Tabela 13 – Método da DFC mais fácil de elaborar

Métodos de elaboração	Nº de contabilistas	%
Direto	15	51,72
Indireto	4	13,79
Não opinaram	10	34,49
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 15 – Método da DFC mais fácil de elaborar



Fonte: a autora da pesquisa

Verificando o Gráfico 15, percebe-se que mais de 50% dos contabilistas consideram o método direto mais fácil de elaborar. Apenas 13,79% (quatro contabilistas) da amostra consideram mais simples a elaboração do método indireto. Dez contabilistas (34,49%) não opinaram sobre o assunto. É importante ressaltar que os quatro contabilistas que apontaram o método indireto como o mais fácil são os mesmos que elaboram a DFC para suas empresas (clientes). Além disso, três deles também elaboram a DOAR.

Questão nº 27 – Com relação aos métodos de elaboração da DFC, qual deles você considera de mais fácil entendimento para os usuários?

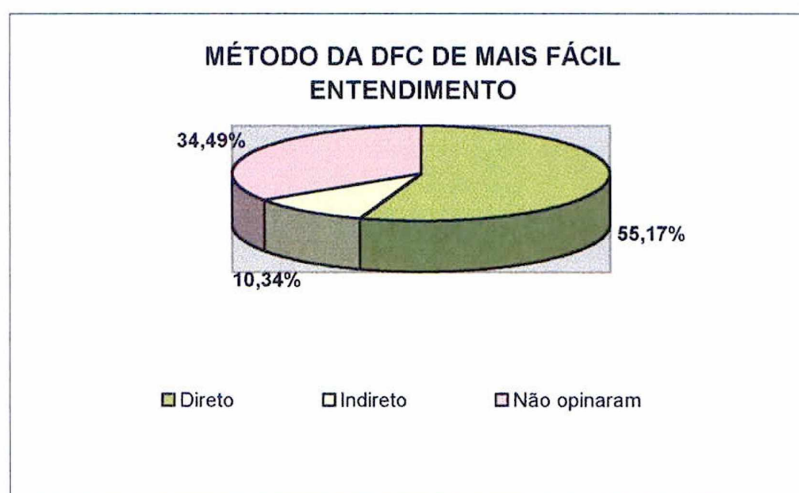
Sobre essa questão foram obtidas as seguintes opiniões:

Tabela 14 – Método da DFC de mais fácil entendimento

Métodos de elaboração	Nº de contabilistas	%
Direto	16	55,17
Indireto	3	10,34
Não opinaram	10	34,49
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 16 – Método da DFC de mais fácil entendimento



Fonte: a autora da pesquisa

Como se pode verificar, mais de 50% dos contabilistas consideram o método direto como sendo o de mais fácil entendimento pelos usuários. Três contabilistas (10,34%) optaram pelo método indireto, enquanto 34,49% da amostra preferiram não opinar sobre o assunto. Assim como na questão anterior, os três contabilistas que optaram pelo método indireto são os mesmos que elaboram a DFC e a DOAR para seus clientes.

Questão nº 28 – Qual dos dois métodos você considera mais útil, em termos de qualidade informativa, para o usuário final?

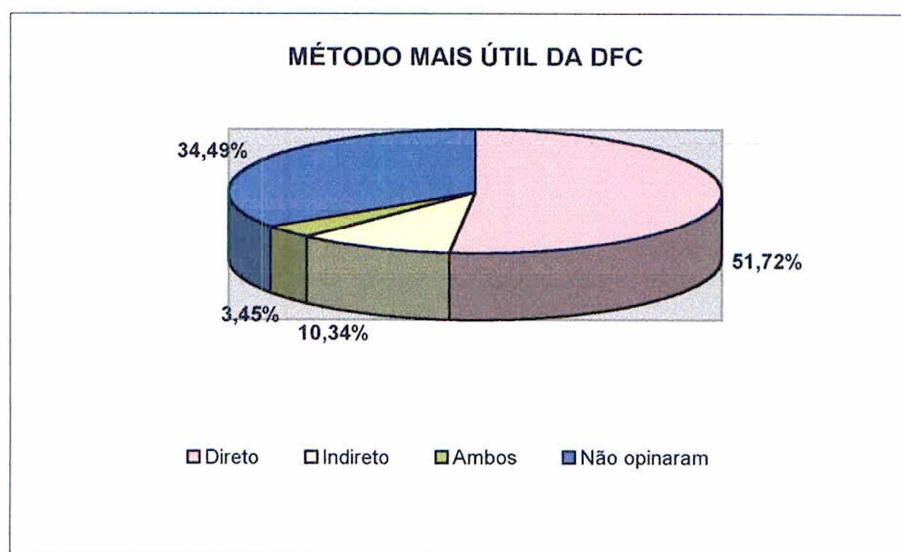
Essa questão pretende avaliar a qualidade informativa de ambos os métodos. As opiniões captadas foram as seguintes:

Tabela 15 – Método mais útil da DFC

Métodos de elaboração	Nº de contabilistas	%
Direto	15	51,72
Indireto	3	10,34
Ambos	1	3,45
Não opinaram	10	34,49
Total	29	100,00

Fonte: a autora da pesquisa

Gráfico 17 – Método mais útil da DFC



Fonte: a autora da pesquisa

Pode-se verificar, mais uma vez, que o método direto prevaleceu sobre o indireto, só que agora, no sentido da utilidade, em termos de qualidade informativa. 51,72% da amostra afirmaram que o método direto é o mais útil. 10,34% dos contabilistas optaram pelo método indireto, e 34,49% não opinaram sobre o assunto. É importante salientar novamente que os

três contabilistas que consideram o método indireto mais útil são os mesmos que elaboram a DFC e a DOAR para seus clientes.

Questão nº 29 – Com relação à pergunta 24, qual a periodicidade e finalidade de apresentação da DFC?

Com relação à periodicidade de apresentação, a resposta foi unânime entre os que elaboram essa demonstração: todos os quatro contabilistas elaboram a DFC somente quando ela é solicitada pelo cliente. Geralmente a apresentação da DFC ocorre mensalmente ou trimestralmente, dependendo do tipo de empresa. Os outros vinte e cinco contabilistas não responderam a essa questão, pois não elaboraram a DFC.

Sobre a finalidade de apresentação da DFC foram colhidas as seguintes opiniões:

- 25%, o que equivale a um contabilista, salientou que a principal finalidade de apresentação da DFC é cumprir uma exigência legal, uma vez que a empresa realiza exportações para fora do Brasil, e por isso precisa fornecer todas as demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais;
- 75% da amostra afirmaram que a DFC é apresentada para fins de gerenciamento dos recursos financeiros da empresa.

Questão nº 30 – Com relação à pergunta 24, para quem se destina à apresentação da DFC?

Essa questão tem por objetivo conhecer os usuários da DFC. As opiniões obtidas foram as seguintes:

- um contabilista (25%) disse que a DFC é elaborada somente para cumprir uma exigência, e não se destina à apresentação de ninguém especificamente;
- três contabilistas (75%) disseram que a DFC destina-se aos proprietários e aos diretores dos departamentos financeiros das empresas.

3.3 Interpretação dos dados

Primeiramente, antes de iniciar a interpretação final dos dados colhidos na pesquisa, é importante ressaltar que um percentual elevado de contabilistas não respondeu ao questionário integralmente, ou porque não elaboravam a DOAR e/ou a DFC e, por isso, estavam dispensados de responder algumas questões, conforme orientações constantes do questionário, ou porque não tinham conhecimento sobre o assunto e, então, preferiram não opinar.

As partes do questionário que ficaram mais prejudicadas em termos de resposta foram as que dizem respeito às informações sobre a DOAR e a DFC, isto é, as duas últimas partes do questionário que tratavam de aspectos das duas demonstrações em separado. Transformando isso em números temos:

- vinte e três contabilistas não responderam às questões 19, 21, 22 e 23 (sobre a DOAR) e vinte e cinco não responderam às questões 24, 29 e 30 (sobre a DFC), em virtude de não elaborarem tais demonstrações. Essas questões tinham por finalidade conhecer alguns aspectos da elaboração e divulgação dessas demonstrações;
- nove contabilistas não responderam à questão 20, que tratava dos pontos fortes e fracos da DOAR, em razão de não elaborarem tal demonstração;
- quatro contabilistas não responderam à questão 25 (pontos fortes e fracos da DFC), em razão de conhecerem apenas superficialmente essa demonstração;
- dez contabilistas não responderam às questões relacionadas com os métodos de elaboração da DFC (26, 27 e 28);
- um contabilista não respondeu à questão 13, e dois não responderam à questão 14. Essas duas questões estão relacionadas com o posicionamento do contabilista em relação à substituição da DOAR pela DFC.

Com base nos dados coletados na presente pesquisa, observou-se a maioria dos contabilistas discorda da proposta de substituição da DOAR pela DFC. Grande parte dos contabilistas manifestou sua opinião, dizendo que deveria ser mantida a DOAR e se instituir a DFC como uma demonstração complementar, também obrigatória; para eles, a DOAR e a DFC são demonstrações que se complementam, pois ambas informam sobre a situação financeira da empresa: aquela fornece ao usuário informações sobre as operações que provocaram variação no capital circulante líquido, principalmente de longo prazo, e esta fornece informações sobre operações de fluxo de disponibilidades de curto prazo.

No entanto, convém destacar que, dos vinte e nove escritórios abrangidos na amostra, somente seis elaboram a DOAR e apenas quatro elaboram a DFC. Em termos de quantidade de empresas, são apresentadas a DOAR e a DFC para um total de dezenove e nove empresas, respectivamente. É importante ressaltar, ainda, que uma das principais finalidades de elaboração da DOAR, do ponto de vista desses contabilistas, é apenas cumprir uma exigência legal. Já, no caso da DFC, o posicionamento dos contabilistas é um pouco diferente: dos que elaboram tal demonstrativo, a maioria apresenta como finalidade o aspecto da utilidade da demonstração para fins de gerenciamento dos recursos financeiros da empresa.

De maneira geral, ficou caracterizado que tanto a DOAR como a DFC são demonstrações completas em termos de informação. Na verdade, segundo a opinião de grande parte dos contabilistas, elas são demonstrações complementares e, portanto, devem ser analisadas conjuntamente, uma vez que ambas objetivam informar sobre a situação financeira da empresa – a DOAR dá ênfase ao capital circulante líquido, e a DFC dá ênfase ao caixa, em seus recebimentos e pagamentos.

Com relação à facilidade de entendimento por parte dos usuários das informações contábeis, ficou caracterizado que a DFC é a demonstração que mais atende a esse requisito, sendo passível, inclusive, de ser compreendida por leitores leigos. Já no aspecto da

complexidade e dificuldade de elaboração, a DOAR superou a DFC, ou seja, a DOAR é considerada pela maior parte dos contabilistas como a demonstração mais complexa ou difícil de se elaborar.

No tocante aos pontos fortes e fracos da DOAR, as características positivas que obtiveram maiores adesões por parte dos contabilistas dizem respeito ao fato de tal demonstração evidenciar de forma detalhada de onde vieram (fontes) e onde foram aplicados (aplicações) os recursos, além de evidenciar a variação no capital circulante líquido e demonstrar a situação financeira da empresa. Como pontos fracos da DOAR, foram identificadas a dificuldade de entendimento pelos usuários, principalmente aqueles leigos em matéria contábil, bem como a complexidade na sua elaboração.

Quanto a DFC, de acordo com a maioria dos contabilistas, os pontos fortes estão relacionados com a utilização de uma linguagem comum e de fácil compreensão por parte dos usuários, além de ser de fácil elaboração em comparação com a DOAR. Com relação aos pontos fracos da DFC, grande parte dos contabilistas apontou a questão da visão do curto prazo. Para eles, a DFC trabalha apenas com informações de curto prazo, omitindo informações de longo prazo que podem ser o diferencial numa tomada de decisão.

No geral, pode-se perceber que tanto com relação à DOAR quanto à DFC os contabilistas tiveram uma certa dificuldade em identificar os pontos fracos e fortes de cada demonstração. Inclusive, um percentual bem elevado de contabilistas preferiu não opinar sobre o assunto, com a justificativa de que não elaboram tais demonstrações.

Sobre os métodos de elaboração da DFC, o método direto foi o de maior aceitação entre os contabilistas. Mais da metade da amostra apontou o método direto como sendo o mais útil e de fácil entendimento por parte dos usuários, além de ser o método de mais fácil para se elaboração.

Assim, com base no exposto, verificou-se que tanto a DOAR como a DFC possuem suas vantagens e desvantagens como fontes de informações para os diversos usuários. Além disso, observou-se que são demonstrações que se complementam, pois ambas objetivam informar sobre a situação financeira da empresa, só que de formas diferentes.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo tem por finalidade demonstrar algumas conclusões sobre a presente pesquisa. Além disso, procura explicar algumas recomendações, que poderão servir como guias para uma futura pesquisa que trate do mesmo assunto.

4.1 Conclusões

Sabe-se que o objetivo da contabilidade é levar da maneira mais segura as informações contábeis, para que os usuários internos ou externos tomem as decisões mais adequadas para as empresas.

Ocorre que os registros contábeis, que geralmente vêm por meio de demonstrações financeiras, podem não atingir o seu objetivo em virtude do tecnicismo adotado, não cumprindo assim, a contabilidade sua missão, que é fornecer para os diversos usuários informações úteis que os auxiliem no processo de tomada de decisão. Por esse motivo, procura-se adotar demonstrações mais flexíveis, que permitam uma análise do processo decisório por indeterminados tipos de usuários, e não somente por aqueles que possuam conhecimentos em contabilidade.

Neste sentido, observa-se que, atualmente, está sendo bastante discutida a viabilidade da substituição da DOAR pela DFC. Objetivou-se, portanto, por meio da presente pesquisa, verificar o posicionamento de contabilistas com relação à substituição da DOAR pela DFC, enquanto fontes de informações úteis para os diversos usuários da contabilidade.

Em atendimento ao problema e ao objetivo geral da presente pesquisa, conclui-se que a resposta é “não”, ou seja, a DOAR não deve ser substituída pela DFC. Deve-se, sim, instituir a DFC como uma demonstração obrigatória, porém, não substituindo, mas sim

complementando a DOAR. Para a grande maioria dos contabilistas abrangidos na amostra, a DOAR e a DFC são demonstrações que se complementam, pois ambas informam sobre a situação financeira da empresa; no entanto, o fazem de forma diferenciada. A DOAR fixa-se no capital circulante líquido e possui um valor preditivo de maior alcance (longo prazo). Já a DFC apresenta o fluxo de disponibilidades e possibilita um planejamento financeiro a curto prazo.

Embora se tenha conseguido chegar a essa conclusão, pode-se notar que alguns contabilistas que responderam aos questionários não possuem muita intimidade com a DOAR e com a DFC e, por isso, tiveram uma certa dificuldade em responder a alguns questionamentos, ou nem mesmo responderam.

Além disso, verificou-se que tanto a DOAR como a DFC possuem alguns aspectos questionáveis do ponto de vista dos contabilistas. Nesta pesquisa, conseguiu-se identificar os seguintes pontos questionáveis: a DOAR é uma demonstração complexa e de difícil elaboração e, além disso, não é entendida pela maioria dos usuários, principalmente aqueles leigos em matéria contábil; a DFC também possui alguns problemas como, por exemplo, o fato de trabalhar apenas com informações de curto prazo, omitindo informações de longo prazo que podem ser o diferencial numa tomada de decisão.

Porém, de maneira geral, ficou nítido que a DFC é a demonstração mais completa e de mais fácil entendimento para os usuários em termos de informação, sem falar na facilidade de elaboração dessa demonstração em comparação com a DOAR.

4.2 Recomendações

Existem, sem dúvidas, diversos pontos questionáveis com relação à DOAR e à DFC e, por isso, faz-se necessário dar continuidade à discussão sobre essas duas demonstrações

financeiras, independentemente do que será definido em lei, com o intuito de melhor apresentar ao usuário o que para ele é útil e lhe permite a tomada de decisões mais adequada para garantia da empresa.

Assim, com base no estudo realizado, recomenda-se um estudo mais aprofundado sobre o comparativo entre a DOAR e a DFC, utilizando-se amostras envolvendo os usuários da contabilidade, como, por exemplo, os gestores da empresa.

Por fim, sugere-se um estudo mais analítico sobre os métodos de elaboração da DFC, a fim de verificar qual atende mais as necessidades informacionais dos usuários, em termos de facilidade de entendimento e de conteúdo de informações.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. A capacidade informativa da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração do fluxo de caixa (DFC). **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 116, p. 20-32, mar./abr. 1999.

BEUREN, Ilse Maria. A informação como suporte ao processo de avaliação do desempenho da estratégia empresarial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 25, n. 102, p. 52-63, nov./dez. 1996.

_____. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____.; MOURA, Verônica de Miglio. **Considerações sobre a demonstração do fluxo de caixa e sua relação com a demonstração das origens e aplicações de recursos**. 2000. Disponível em: <http://www.sinescontabil.com.br/trabs_profissionais/A_Contabilidade_e_o_Processo_de_Comunicação>. Acesso em: 29 setembro 2003.

_____.; ROCHA, Nilton da. Razões para substituir a DOAR pela DFC: o caso brasileiro. **CRCSC & Você**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 47-62, abr./jul. 2002.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 1998.

CAMPIGLIA, Américo O. **Introdução à hermenêutica das demonstrações contábeis: com interpretação de disposições da Lei nº 6.404/76 e Normas CVM**. São Paulo: Atlas, 1997.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Estruturação de demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 1992.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

CRUZ FILHO, Manoel Ribeiro da. As demonstrações financeiras na nova lei das sociedades anônimas (III). **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 22, p. 62-72, 1977.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também às demais sociedades. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Demonstrações contábeis e demonstrações financeiras. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 26, p. 67-69, 1978.

FREITAS, Nara Eugênia; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; SILVA, Ângela Maria. **Guia para normatização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. 2. ed. rev. amp. Uberlândia: EDUFU, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1988.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade.** São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICÍBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____; _____. **Introdução à teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4. ed. ver. amp. São Paulo: Atlas, 1992.

_____; _____. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. ver. amp. São Paulo: Atlas, 1990.

LÓPEZ, José Alberto López. Demonstrações de origens e aplicações de recursos: um estudo comparado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 43, p. 36-38, 1982.

MAGALHÃES FILHO, Eliéser Forte. **Contabilidade: uma iniciação à linguagem mundial dos negócios**. Fortaleza: Edicon, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO, Gonçalo Ferreira. Contabilidade como instrumento de gerência. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 13, n. 44, p. 4-5, jan./mar. 1983.

MENEZEZ, Eстера Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, Álvaro Guimarães de. **Contabilidade financeira para executivos**. 4. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, Marilene. **Análise das demonstrações das origens e aplicações de recursos (DOAR) e do fluxo de caixa (DFC) das agroindústrias de Santa Catarina nos anos 90**. Itajaí, 2002. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/seminario2/trabalhos/B233.pdf>>. Acesso em: 29 setembro 2003.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Osni Moura Ribeiro. **Contabilidade básica fácil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SALOMÃO, José. Demonstrações das origens e aplicações de recursos: exigências da Lei n.º 6.404/76. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 36, p. 34-36, 1981.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatórios de estudos científicos**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas: manual de procedimentos contábeis**. Coordenação Pedro Coelho Neto; revisão técnica Câmara Técnica. 2. ed. Brasília: CFC; Ed. Sebrae, 1998.

TELES, Odenildo de Sá. Estrutura e análise da demonstração das origens e aplicações de recursos. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 55, p. 28-33, 1985.

THIESEN, João Arno de Oliveira. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento da tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 100, p. 8-13, 2000.

WALTER, Milton A. BRAGA, Hugo R. **Manual de Fluxo de Recursos (Origens e Aplicações)**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1983.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Carta de apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Florianópolis, outubro de 2004.

Senhor (a) Contabilista:

Na qualidade de estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), venho por meio desta, solicitar sua especial colaboração, no sentido de responder ao questionário que segue anexo, cujo objetivo é levantar dados que possibilitem uma análise do posicionamento dos contabilistas, com relação as vantagens e desvantagens na substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), enquanto fontes de informações úteis para os diversos usuários da contabilidade.

Para a referida pesquisa não é necessário a divulgação do nome da empresa, portanto, não é necessário que V. Sa. Se identifique.

Agradeço muito sua colaboração,

Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia
Prof. Orientador

Cláudia Turnes
Acadêmica de Ciências Contábeis
RG 3.885.122

APÊNDICE II - Questionário

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) ainda não é obrigatória no Brasil, no entanto, já existe a possibilidade de tal demonstrativo vir a substituir Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) como ocorreu nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Essa substituição está prevista no anteprojeto que tramita no Congresso Nacional a respeito da reformulação Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Embora, a tendência seja a mesma no caso brasileiro, existe ainda muita discussão e controvérsia de opinião sobre o assunto, principalmente quanto a melhoria ou não da riqueza das informações contábeis decorrentes de tal mudança.

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar entre os contabilistas se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa irá trazer benefícios ou perdas para o usuário da contabilidade, na perspectiva de sua utilidade como fonte de informação no processo de tomada de decisão.

A – IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL E DA EMPRESA

1. Quanto tempo você possui de atividade na profissão (a contar da data de registro no Conselho Regional de Contabilidade)?

☐ De 0 a 3 anos
☐ De 3 a 6 anos
☐ De 6 a 9 anos
☐ Acima de 9 anos

2. Quanto tempo de atividade possui o escritório de contabilidade em que você atua?

☐ De 0 a 5 anos
☐ De 6 a 10 anos
☐ Acima de 10 anos

3. Qual o número de empregados do escritório de contabilidade?

4. Qual o número de clientes (empresas) sob responsabilidade do escritório de contabilidade?

5. Quais são os serviços prestados pelo escritório de contabilidade? Qual o percentual que cada um representa no total dos serviços prestados?

- | | |
|--|---------|
| () Escrituração (Contábil/Fiscal/Folha) | % _____ |
| () Auditoria | % _____ |
| () Consultoria e Assessoria | % _____ |
| () Perícia | % _____ |
| () Outros | % _____ |

6. Qual a sua formação como profissional:

Obrigatória:

- () Técnico em contabilidade
() Graduação em Ciências Contábeis

Facultativas:

- () Pós-graduação na área contábil
() Pós-graduação em outras áreas
() Outra graduação

7. Quais as suas principais especialidades na área contábil e área de atuação?

8. Quais são as suas formas de atualização profissional?

9. Você participou de cursos e eventos no último ano? Quais?

10. O setor de contabilidade e áreas afins estão informatizados? Caso sua resposta seja afirmativa, quais os recursos que você utiliza em termos de informática?

11. Quais os relatórios ou demonstrativos que você apresenta aos usuários da contabilidade?

- () a) Declarações obrigatórias para órgãos federais, estaduais e municipais.
() b) Balanço Patrimonial
() c) Demonstração do Resultado do Exercício
() d) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
() e) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

- () f) Demonstração do Fluxo de Caixa
- () g) Outros demonstrativos

12. com relação à pergunta anterior, qual a periodicidade e finalidade das demonstrações apresentadas (exceto os itens e e f)?

B – O POSICIONAMENTO DO PROFISSIONAL (DOAR X DFC)

13. Sabendo que os EUA e outros países da Europa já optaram, há alguns anos, por priorizar a elaboração da DFC em substituição a DOAR, você afirmaria que tal prática é igualmente acertada para a realidade brasileira?

14. Você concorda com a proposta de reformulação da Lei nº 6.404/76, no sentido de tornar obrigatória a elaboração e divulgação da DFC em substituição à DOAR?

- () Sim
- () Não

15. Qual(is) demonstração(ões) na sua opinião deveria(m) ser obrigatória (s)?

- () DOAR
- () DFC

16. Com relação ao aspecto da informação, qual das duas demonstrações (DOAR ou DFC) você considera mais completa para os usuários? Por quê?

17. Com relação ao aspecto da informação, qual das duas demonstrações você considera mais simples ou de fácil entendimento para os usuários?

- () DOAR
- () DFC

18. Qual das duas demonstrações você considera mais complexa ou difícil de se elaborar?

- () DOAR
- () DFC

C – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

19. Com relação à pergunta 11, identifique o tipo e a quantidade de empresas para as quais você elabora a DOAR.

- | | |
|--|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> S.A. de Capital Aberto | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> S.A. de Capital Fechado | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> Limitada | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> Outras | Quantidade de empresas: _____ |

20. De acordo com a sua experiência e priorizando o aspecto informativo, quais são os principais pontos fortes e fracos da DOAR?

21. Com relação à pergunta 19, qual a periodicidade e finalidade de apresentação da DOAR?

22. Com relação à pergunta 19, para quem se destina a apresentação da DOAR?

23. Com relação à pergunta 19, nas empresas que são apresentadas a DOAR, há Auditoria Externa?

- ☐ Sim
☐ Não

D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

24. Com relação à pergunta 11, identifique o tipo e a quantidade de empresas para as quais você elabora a DFC.

- | | |
|--|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> S.A. de Capital Aberto | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> S.A. de Capital Fechado | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> Limitada | Quantidade de empresas: _____ |
| <input type="checkbox"/> Outras | Quantidade de empresas: _____ |

25. De acordo com a sua experiência e priorizando o aspecto informativo, quais são os principais pontos fortes e fracos da DFC?

26. Com relação aos métodos de elaboração da DFC, qual deles você considera mais fácil de elaborar?

- ☐ Método Direto
☐ Método Indireto

27. Com relação aos métodos de elaboração da DFC, qual deles você considera de mais fácil entendimento para os usuários?

- ☐ Método Direto
☐ Método Indireto

28. Quais dos dois métodos você considera mais útil, em termos de qualidade informativa, para o usuário final?

- ☐ Método Direto
☐ Método Indireto

29. Com relação à pergunta 24, qual a periodicidade e finalidade de apresentação da DFC?

30. Com relação à pergunta 24, para quem se destina a apresentação da DFC?
